

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES

PENTEADO – FECAP

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PEDRO CLÁUDIO DA SILVA

**IMPACTO DA ADOÇÃO DAS IFRS NAS EMPRESAS
BRASILEIRAS DE SANEAMENTO: A PERCEPÇÃO DOS
PROFISSIONAIS DO SETOR**

São Paulo

2008

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO –

FECAP

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PEDRO CLÁUDIO DA SILVA

**IMPACTO DA ADOÇÃO DAS IFRS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS
DE SANEAMENTO: A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO
SETOR**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de
Comércio Álvares Penteado – FECAP, como requisito
para a obtenção do título de Mestre em Ciências
Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Elionor Farah Jreige

Weffort

São Paulo

2008

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO - FECAP

Reitor: Prof. Dr. Sergio de Gouvea Franco

Pró-reitor de Graduação: Prof. Edison Simoni da Silva

Pró-reitor de Pós-graduação: Prof. Dr. Sergio de Gouvea Franco

Coordenador do Mestrado em Ciências Contábeis: Prof. Dr. Claudio Parisi

FICHA CATALOGRÁFICA

S586i	<p>Silva, Pedro Cláudio da Impacto da adoção das IFRS nas empresas brasileiras de saneamento: a percepção dos profissionais do setor / Pedro Cláudio da Silva. -- São Paulo, 2008. 96 f.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Elionor Farah Jreige Weffort</p> <p>Dissertação (mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP - Mestrado em Ciências Contábeis.</p> <p>1. Contabilidade - Normas 2. Empresas 3. Saneamento 4. Percepção. CDD 657.0218</p>
--------------	---

FOLHA DE APROVAÇÃO

PEDRO CLÁUDIO DA SILVA

IMPACTO DA ADOÇÃO DAS IFRS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE SANEAMENTO: A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SETOR

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado –
FECAP, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Joanília Neide de Sales Cia (membro externo)
Universidade de São Paulo - USP



Prof. Dr. Marcos Reinaldo Severino Peters (membro interno)
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP



Prof. Dra. Elionor Farah Jreige Weffort
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP
Professora Orientadora – Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, 03 de setembro de 2008

DEDICATÓRIA

A Deus, pela vida.

*À minha esposa Rosinei e aos meus filhos,
Giovana e Felipe, pelo amor, solidariedade e
cumplicidade em todos os momentos.*

Aos meus familiares, pelo apoio e confiança.

AGRADECIMENTOS

Valer-se de palavras para expressar gratidão às pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho e à conclusão do mestrado, sem dúvida, não é suficiente para retratar minha dívida para com elas. Contudo, valho-me delas para fazê-lo com sinceridade.

Ao Diretor Administrativo-financeiro e de Relações com Investidores da Sanasa, Marcelo Quartim Barbosa de Figueiredo, meu superior imediato e amigo, que permitiu minha ausência no trabalho para cursar o mestrado.

Aos meus amigos, pelos incentivos, em especial aos colegas Mário Guerreiro e Villar Fernando, pelas oportunidades.

À Professora Elionor, por ter aceitado o desafio de me orientar.

Aos professores participantes da banca, Marcos Peters e Joanília, pelas valiosas contribuições.

Aos professores e colegas de mestrado, pela jornada.

Um agradecimento especial ao professor Eolo e aos amigos Fábio Ytoshi Shibao e Wilson Motta Miceli, pela parceria que resultou num trabalho internacional.

*Uma jornada de duzentos quilômetros
começa com um simples passo.*

Provérbio Chinês

RESUMO

A promulgação da Lei nº 11.638, em 28 de dezembro de 2007, abre caminho para a convergência contábil das normas brasileiras com as internacionais, obrigando a utilização das IFRS (Internacional Financial Reporting Standards) para as demonstrações financeiras consolidadas a partir de 2010. Algumas mudanças estão no próprio texto da Lei e deverão ser respeitadas já no balanço anual de 2008, a ser publicado em 2009. As demais modificações dependem de normalização pela CVM e deverão vir aos poucos conforme sua divulgação. Experiências de outros países mostram que o processo de convergência de demonstrações financeiras para IFRS pode ser complexo, de longa duração e resultar em impactos expressivos sobre o resultado e o patrimônio líquido das empresas, com efeitos significativos no preço de suas ações nos mercados de capitais. Considerando que tais mudanças poderão trazer impactos econômicos significativos para as empresas brasileiras, este trabalho tem por objetivo analisar, a partir da percepção dos profissionais de contabilidade, quais as dificuldades na adoção das IFRS e os impactos prováveis no patrimônio e resultado, para as Companhias Brasileiras de Saneamento. A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de questionário ao profissional responsável pelas informações contábeis das quinze empresas que compõem a amostra populacional do setor de saneamento. A amostra representa 90,83% do ativo total e 86,5% da receita líquida da população. Submetidos os resultados à análise descritiva e de cluster, observou-se, entre outros aspectos que, na percepção dos profissionais contábeis, a adoção das IFRS proporcionará impactos no balanço e no resultado para as empresas do setor. O estudo revelou ainda que existe diferença de percepção entre os profissionais que trabalham em companhias de capital aberto e fechado. Contudo, a despeito do esperado, não foi comprovada diferença de percepção entre as companhias abertas que já elaboram relatórios em padrão estrangeiro e aquelas que não elaboram.

Palavras-chave: Contabilidade. Normas. Empresas. Saneamento. Percepção.

ABSTRACT

The enactment of Law No. 11,638 on December 28, 2007, paves the way for the accounting convergence of Brazilian accounting standards with international ones, by making mandatory the use of International Financial Reporting Standards (IFRS) for consolidated financial statements from 2010 onwards. Some of the changes are specified by the law itself, and must be complied with immediately for the annual balance sheet for 2008, to be published in 2009. The other changes will depend on standardization by the Brazilian Securities Commission (CVM) and will gradually come into effect as they are published. Other countries' experiences have shown that the IFRS convergence process for financial statements can be complex, last long, and result in major impacts on companies' income and shareholders' equity, with considerable effect on the price of their shares in capital markets. Considering that those changes may entail significant economic impact for Brazilian companies, this paper has the goal of analyzing, starting from accounting professionals' perception, what difficulties will be faced in the adoption of IFRS and what impacts will probably occur on equity and income for Brazilian sanitation companies. The research was conducted by applying a questionnaire to professionals in charge of accounting information in fifteen companies comprising the population sample of the sanitation sector. The sample represents 90.83% of the population's total assets and 86.5% of its net income. By subjecting the results to descriptive and cluster analyses, it was observed, among other issues, that, in accounting professionals' perception, the adoption of IFRS will result in impacts on balance sheet and income for companies in the sector. The study also showed that there is still a difference between the perception of the professionals who work in publicly-held companies and that of those in closely-held companies. However, although it was expected, no difference of perception was evidenced between publicly-held companies that already prepare their statements under foreign standards and those that do not.

Key words: Accounting. Standards. Business enterprises. Sanitation. Perception.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA PERCEPTUAL: Escalonamento Multidimensional (EMD) dos impactos prováveis no balanço e no resultado para as companhias brasileiras de saneamento	66
FIGURA 2 – Dendrograma dos impactos prováveis no balanço e no resultado para as companhias brasileiras de saneamento	67
FIGURA 3 – MAPA PERCEPTUAL: divisão das regiões dos impactos prováveis no balanço e no resultado para as companhias brasileiras de saneamento	68
FIGURA 4 – MAPA PERCEPTUAL: Escalonamento Multidimensional (EMD) das dificuldades na adoção das IFRS.....	70
FIGURA 5 – Dendrograma das dificuldades na adoção das IFRS.....	71
FIGURA 6 – MAPA PERCEPTUAL: divisão das regiões das dificuldades na adoção das IFRS	72

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Posição dos pronunciamentos concluídos e em fase de elaboração .	16
QUADRO 2 – Resumo das pesquisas brasileiras	46
QUADRO 3 – Resumo das pesquisas internacionais: experiência de empresas ou setores econômicos	47
QUADRO 4 – Resumo das pesquisas internacionais: percepção de outros profissionais	48
QUADRO 5 – Empresas de capital aberto do setor de saneamento.....	54
QUADRO 6 – Variáveis de pesquisa.....	57
QUADRO 7 – Distribuição dos sujeitos	61
QUADRO 8 – Confirmação das variáveis	78

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição das prestadoras de serviços que participaram do diagnóstico dos serviços de água e esgotos de 2006 por natureza jurídico-administrativa	52
TABELA 2 – Relação das prestadoras de serviços do setor de saneamento passíveis de incidência das novas regras da Lei nº11.638/2007	53
TABELA 3 – Relação das prestadoras de serviços do setor de saneamento classificadas pela revista Valor 1000	55
TABELA 4 – Distribuição por tamanho da equipe contábil	64
TABELA 5 – Distribuição por tempo de experiência na profissão e tempo na área contábil	65
TABELA 6 – Teste de Mann-Whitney: impactos prováveis no balanço e no resultado para as companhias brasileiras de saneamento	68
TABELA 7 – Frequência de respostas: impactos prováveis no balanço e no resultado para as companhias brasileiras de saneamento	69
TABELA 8 – Teste de Kruskal-Wallis: dificuldades na adoção das IFRS	72
TABELA 9 – Frequência de respostas: dificuldades na adoção das IFRS	73
TABELA 10 – Teste de Mann-Whitney: comparação entre os clusters A e B	73
TABELA 11 – Teste de Mann-Whitney: comparação entre os clusters A e C	74
TABELA 12 – Teste de Mann-Whitney: comparação entre os clusters B e C	74
TABELA 13 – Diferenças entre os clusters	75
TABELA 14 – Correlação V de Cramer: relação entre os clusters e as características das empresas e perfil dos respondentes	78
TABELA 15 – Comparação entre os clusters na questão 5	79
TABELA 16 – Comparação entre os clusters na questão 7	79
TABELA 17 – Opiniões sobre a relevância da adoção das IFRS para as companhias de saneamento brasileiras	81

LISTA DE SIGLAS

ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas

ADR – American Depositary Receipts

APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

ASX – Australian Stock Exchange

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

EAA – European Accounting Association

EMD – Escalonamento multidimensional

IAS – International Accounting Standards

IASB – International Accounting Standards Board

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes

IFRIC – International Financial Reporting Interpretations Committee

IFRS – International Financial Reporting Standards

IOSCO – International Organization of Securities Commissions

PPP – Parceria Público-Privada

RFB – Receita Federal do Brasil

RIC – Reporting Interpretation Committee

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

UE – União Européia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Situação-problema e questão de pesquisa	15
1.2	Delimitação do estudo	20
1.3	Objetivos	20
1.4	Justificativa	21
1.5	Estrutura do trabalho	22
2	ESTUDOS ANTERIORES E CONSTRUÇÃO DE HIPÓTESES	23
2.1	Pesquisas brasileiras	23
2.2	Pesquisas internacionais	29
2.2.1	Experiência de empresas ou setores econômicos	29
2.2.2	Percepção de outros profissionais	40
2.3	Hipóteses	49
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	50
3.1	Natureza e tipo de pesquisa	50
3.2	População e amostra	50
3.3	Variáveis	56
3.4	Instrumento de pesquisa	58
3.4.1	Construção	58
3.4.2	Pré-teste	59
3.4.3	Procedimento de coleta de dados	60
3.5	Tratamento e análise dos dados	62
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	63

4.1 Caracterização da amostra - análise descritiva	63
4.2 Impactos prováveis no balanço e no resultado para as companhias brasileiras de saneamento	65
4.2.1 Escalonamento multidimensional	65
4.2.2 Análise de cluster	66
4.3 Dificuldades na adoção das IFRS.....	70
4.3.1 Escalonamento multidimensional.....	70
4.3.2 Análise de cluster	71
4.4 Relação entre os clusters e as características das empresas e perfil dos respondentes	78
4.5 Opiniões sobre a relevância da adoção das IFRS para as companhias de saneamento brasileiras.....	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	83
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE A – Questionário aplicado na pesquisa	92

1 INTRODUÇÃO

A globalização dos mercados tem proporcionado intensas alterações econômicas, sociais e financeiras em toda sociedade mundial, sobretudo no mercado de capitais. As demonstrações contábeis são largamente utilizadas em todos os países, com o objetivo de fornecer informações a seus usuários. Dentre os principais usuários dessas informações estão os investidores. Contudo, as práticas contábeis distintas dificultam a análise de desempenho das corporações, em virtude das disparidades que podem ocorrer.

Plöger (2007, p. 4) enfatiza que a inserção do Brasil no mercado global, assim como em outros países, representou para as companhias “um significativo custo extra e uma dificuldade a mais para a indispensável troca de informações e para a acomodação de posições” em virtude da necessidade de reclassificação das demonstrações financeiras nos padrões aceitos internacionalmente, devido à diversidade de práticas contábeis entre as diversas economias.

Edimar Facco, em entrevista à *Capital Aberto*, lembra que

durante a crise da Ásia em 1997, empresas de países emergentes iam pedir socorro nos grandes bancos empunhando balanços contábeis. Esses relatórios, porém, não seguiam regras universais de contabilidade – eram simplesmente traduzidos para o inglês. Obviamente, a tática foi insuficiente para despertar a confiança dos credores (GREGÓRIO, 2007, p. 38).

O economista Roberto Teixeira da Costa, em entrevista à *Capital Aberto*, destaca que a eclosão da crise asiática mostrou que “apesar de os países adotarem regras [contábeis] próprias, não havia normas comparáveis e aceitas pela comunidade financeira internacional. O mundo carecia de um sistema mais uniforme de normas contábeis” (YOKOI, 2008a, p. 32). O estopim do processo que mostrou a existência de brechas na legislação foi o caso Enron, em 2001, resultando na criação do *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão responsável pela revisão e publicação do modelo contábil internacional conhecido pela sigla IFRS (*International Financial Reporting Standards*).

Gregório (2007, p. 37) afirma que “aderir às normas internacionais não significa apenas cumprir a regulação ou atender às expectativas dos investidores. A

convergência pode abrir portas e trazer ganhos para as companhias em outras esferas”.

Opinião parecida tem também Henri Fortin, especialista em administração financeira do Banco Mundial ao afirmar, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, que “as mudanças no Brasil são de grande relevância para melhor inserção do país no contexto global dos mercados financeiros, cada vez mais complexos e interligados” (VALENTI, 2008).

Este capítulo destaca a contextualização do processo de convergência do padrão contábil brasileiro ao padrão internacional, bem como a situação-problema e questão de pesquisa, delimitação do estudo, objetivos, justificativa e estrutura do trabalho.

1.1 Situação-problema e questão de pesquisa

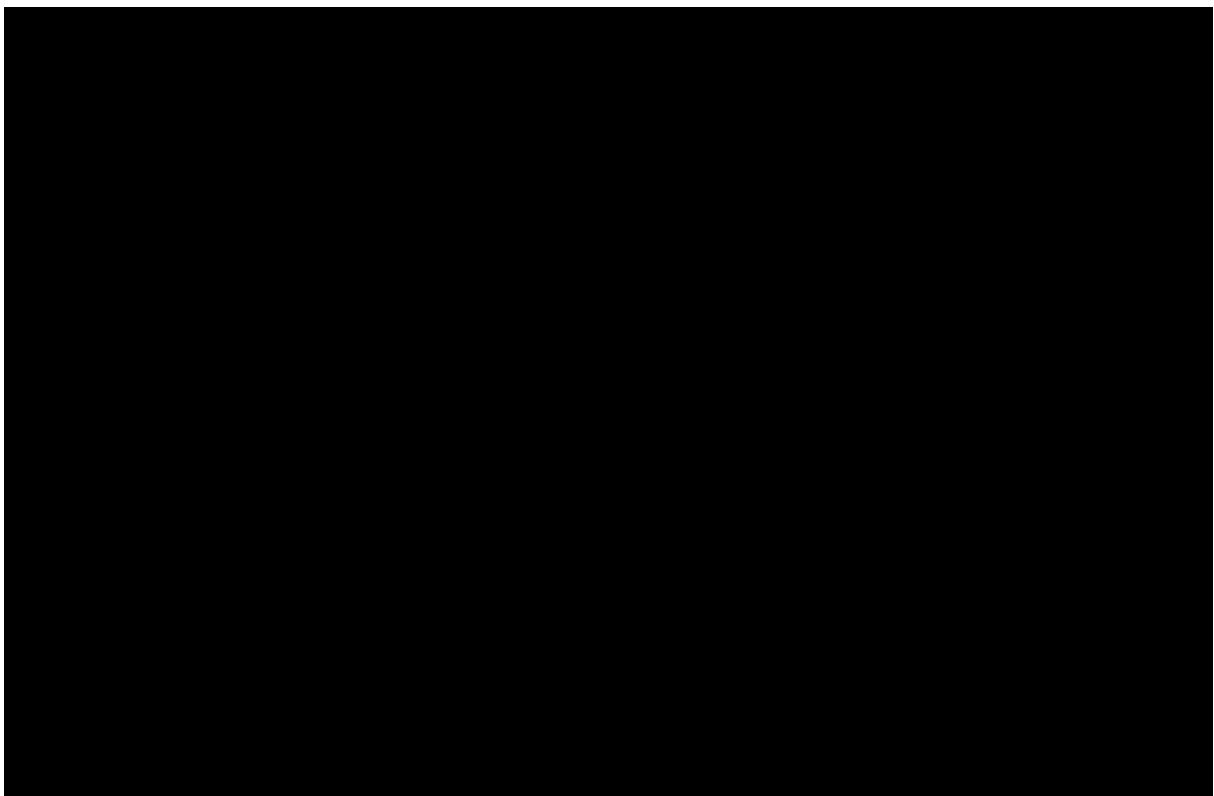
O exercício de 2008 iniciou prometendo grandes desafios e oportunidades para os profissionais de contabilidade e também para as empresas, pois marcará o ingresso das companhias abertas brasileiras no universo das normas contábeis internacionais.

Conforme determina a instrução nº 457/2007 (CVM, 2007b), o padrão contábil internacional conhecido pela sigla IFRS, será obrigatório para as demonstrações financeiras consolidadas relativas a 2010, sendo facultativa sua adoção para os exercícios de 2008 e 2009. Entretanto, com a promulgação da Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007) em 28 de dezembro de 2007, algumas mudanças já deverão ser respeitadas no balanço anual de 2008, a ser publicado em 2009. As demais mudanças, necessárias à plena convergência ao padrão contábil internacional, deverão ser normatizadas pela própria Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Uma mudança trazida pela Lei nº 11.638/2007 (BRASIL, 2007) que merece destaque é o que estabelece o seu artigo 3º, ou seja, a obrigatoriedade de manter escrituração e de elaborar demonstrações financeiras com observância às disposições da Lei societária, para as sociedades de grande porte, assim consideradas aquelas que, individualmente ou sob controle comum, possuam ativo total superior a R\$240 milhões ou receita bruta superior a R\$300 milhões.

Com o advento da Lei nº11.638/2007, a CVM emitiu comunicado ao mercado objetivando prestar esclarecimento acerca da aplicação da referida lei (CVM, 2008a). No item V desse comunicado, a CVM esclarece que irá em 2008 dar prioridade à elaboração de normas voltadas ao atendimento às mudanças trazidas pela Lei e que demandam a edição de normas complementares detalhadas. As demais alterações necessárias serão feitas no prazo necessário para atendimento ao que estabelece a instrução nº 457/2007.

Objetivando adequar as normas brasileiras ao padrão internacional, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)¹ estabeleceu um plano de trabalho para o período 2008 a 2010, dando prioridade aos assuntos que foram objeto de alteração pela Lei nº11.638/2007 (CPC, 2008). O quadro 1 destaca a posição dos pronunciamentos concluídos e em fase de elaboração.



QUADRO 1 – Posição dos pronunciamentos concluídos e em fase de elaboração

Fonte: Adaptado de CPC (2008)

¹ - O CPC foi criado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº1.055, de 07 de outubro de 2005 e tem como objetivo estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e divulgar informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e à uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais, conforme estipula o art. 3º desta Resolução (CFC, 2005).

Até 24 de agosto de 2008, a CVM aprovou três pronunciamentos técnicos do CPC, por meio das Deliberações nº527 (CVM, 2007a), 534 (CVM, 2008b) e 547 (CVM, 2008d) e um pronunciamento conceitual básico, por meio da Deliberação nº539 (CVM, 2008c), além de estarem em audiência pública os pronunciamentos técnicos CPC 04 (CVM, 2008e), CPC 06 (CVM, 2008f) e CPC 07 (CVM, 2008g).

Vale destacar que, em 02 de maio de 2008, a CVM divulgou a Instrução nº469 (CVM, 2008i) objetivando instruir as companhias abertas sobre a aplicação da Lei nº11.638/2007 nas demonstrações financeiras trimestrais.

Numa perspectiva histórica, a criação do CPC, as determinações trazidas pela instrução CVM nº 457/2007 e a promulgação da Lei nº 11.638/2007 são frutos da preocupação e do esforço inicial do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), da CVM e da participação de entidades do mercado de capitais, como a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) e a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) de buscar uma maneira de compatibilizar normas e procedimentos contábeis, em virtude da inserção do Brasil no mercado global, a qual colocou as empresas brasileiras “em contato direto com economias mais avançadas, inclusive com títulos negociados nas bolsas de maior movimento do mundo, e ao alcance dos investidores sediados em outros países”, conforme afirma Plöger (2007, p. 4).

Silva e Giantomassi (2008) opinam que

esta harmonização é irreversível, insere-se no contexto do aprimoramento das práticas de governança corporativa das empresas e veio em boa hora, pois contribui para melhorar a divulgação de informações e aumentar a exposição aos investidores internacionais e o mercado em geral.

Fábio Cajazeira, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, afirma que a Lei nº 11.638/2007 representa “uma revolução na forma como as empresas se comunicam com seus públicos, só comparável à criação da própria Lei das S.A., em 1976 (VALENTI; NIERO, 2007)”.

Como resultado dessa mudança, o Brasil integrará o grupo formado por cerca de 120 países que obrigam ou aceitam que empresas abertas publiquem suas demonstrações financeiras em IFRS.

Contudo, destaca que a experiência obtida na Europa, onde cerca de 7.000 empresas listadas implementaram IFRS até 2005, revela que o processo de convergência de demonstrações financeiras para IFRS pode ser complexo, de longa duração e resultar em impactos expressivos sobre o resultado e o patrimônio líquido das empresas, com efeitos significativos na valorização de suas ações nos mercados de capitais (PRICEWATERHOUSECOOPERS, 2008).

Yokoi (2008b, p. 34-38) enfatiza que uma das preocupações no estabelecimento de uma linguagem contábil universal é o processo de convergência. Enquanto a migração para o IFRS não se completa, corre-se o risco de experimentar uma série de dialetos formados a partir dos processos individuais de adaptação. Em fevereiro de 2008, a *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO), entidade que reúne comissões de valores mobiliários de diversos países, solicitou às companhias dos mais diversos países que mencionem se os princípios do IFRS estão sendo utilizados integralmente, ou em que pontos há diferenças em relação ao padrão original. O receio da IOSCO é de que a expectativa de harmonização leve investidores a supor que todos os relatórios de empresas são comparáveis – enquanto, na prática, essa ainda não é a realidade.

Aqui no Brasil, o processo de convergência ainda está em seu início, mas já mostra algumas diferenças como, por exemplo, gastos pré-operacionais, ativo diferido, a reavaliação de ativos (permitida no IFRS), a demonstração do valor adicionado (não obrigatória no padrão internacional) e os juros sobre o capital próprio (peculiaridade brasileira). Neste último exemplo, a Lei nº11.638/2007 deixa claro que as mudanças societárias não deverão trazer impacto na legislação fiscal. Contudo, até o fechamento deste trabalho, a Receita Federal do Brasil (RFB) ainda não havia se pronunciado acerca das mudanças trazidas pela Lei nº11.638/2007. Vale ressaltar que em 22 de agosto de 2008, a CVM apresentou ao mercado um estudo sobre as diferenças e similaridades das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e as normas e práticas contábeis brasileiras. “O estudo identifica e propõe soluções para as possíveis barreiras que a adoção integral do

IFRS representa para o Brasil, indicando também possíveis ações regulatórias para cada uma delas” (CVM, 2008h).

Neste contexto, para as companhias que já utilizam um padrão estrangeiro, a convergência do padrão contábil brasileiro ao padrão IFRS poderá ocorrer com menor dificuldade. Por outro lado, às companhias que não estão habituadas em converter suas demonstrações financeiras em padrão internacional, tais mudanças podem ser impactantes, por várias razões.

De acordo com Weffort (2005, p. 22), a convergência do padrão contábil pode ocorrer de duas formas: nas práticas (harmonização de fato) e nas normas (harmonização de direito).

A harmonização de direito diz respeito, de modo simplificado, à incorporação, na legislação nacional, do conteúdo das normas internacionais, tornando determinado procedimento contábil obrigatório, permitido ou proibido. Já a harmonização de fato refere-se a uma efetiva aplicação dos procedimentos recomendados internacionalmente nas práticas contábeis locais (WEFFORT, 2005, p. 22)

Weffort (2005, p. 22) destaca ainda que “podem ocorrer as harmonizações de fato e de direito concomitantemente em determinado país, mas isso não é necessariamente uma regra”.

Desta forma, paira a dúvida sobre quais impactos poderá trazer a obrigatoriedade da adoção das IFRS determinada pela Lei nº11.638/2007 às companhias de saneamento, que hoje utilizam o padrão contábil brasileiro uma vez que poucas utilizam um padrão estrangeiro.

Como destaca Weffort (2005), a adaptação às IFRS pode ocorrer de direito e de fato. De direito, a própria determinação trazida pela Lei nº11.638/2007 já a torna realidade, cujos detalhamentos virão pela CVM, auxiliada pelos órgãos não governamentais, como o CPC.

Contudo, variáveis como educação profissional, valores culturais e sistemas econômicos, podem dificultar ou não a adaptação de fato. Experiências em outros países mostram que a adaptação de direito não necessariamente resulta em adaptação de fato.

Considerando essa obrigatoriedade de elaboração de demonstrações contábeis consolidadas em IFRS e, considerando que algumas das empresas que atuam no setor de saneamento no Brasil estariam obrigadas a essa mudança por serem de capital aberto ou companhias de grande porte, mas não necessariamente familiarizadas com as normas internacionais de contabilidade, surge a seguinte questão-problema a ser respondida:

Qual a percepção dos profissionais responsáveis pelas informações contábeis das empresas do Setor de Saneamento sobre o impacto e as dificuldades na adoção das IFRS nas empresas brasileiras de saneamento?

1.2 Delimitação do estudo

Dentro do universo de empresas brasileiras enquadradas nas novas regras, optou-se por restringir a pesquisa às companhias do setor de saneamento, enquadradas no critério estabelecido pela Lei nº11.638/2007.

A escolha do setor para a realização da pesquisa foi feita pelo critério de conveniência e também pelo fato de não existirem pesquisas relacionadas ao tema nesse setor.

Para a realização desta pesquisa, foram escolhidos os profissionais responsáveis imediatos pelas informações financeiras, porque são esses profissionais os responsáveis diretos internamente pela adoção das normas, respondendo diretamente aos executivos e ao mercado.

1.3 Objetivos

Diante da contextualização, o objetivo geral deste trabalho é analisar, a partir da percepção dos profissionais de contabilidade, quais as dificuldades na adoção das IFRS e quais os impactos prováveis no balanço e no resultado, para as Companhias Brasileiras de Saneamento.

Como objetivos específicos, este trabalho busca ainda:

- Analisar, por meio de pesquisa bibliográfica, a experiência internacional na adoção das IFRS e o seu impacto nas organizações;

- Analisar, por meio de pesquisa empírica exploratória a ser feita junto aos profissionais responsáveis pelas informações contábeis das empresas do Setor de Saneamento enquadradas nas novas determinações trazidas pela Lei nº11.638/2007, qual a percepção sobre as dificuldades internas para ajustes/implementação das IFRS e sobre os impactos prováveis no balanço e no resultado.

A pesquisa empírica busca, prioritariamente, responder questões que estão relacionadas à convergência de fato, uma vez que a convergência de direito relaciona-se às normas, a serem publicadas pelos agentes responsáveis.

1.4 Justificativa

O presente trabalho pode ser justificado por meio de dois arcabouços: o científico e o de aplicação imediata.

Do ponto de vista científico, este trabalho contribui para a construção do conhecimento na medida em que a pesquisa traz informações alusivas à percepção dos profissionais de contabilidade, atuantes no setor de saneamento e responsáveis pelas informações financeiras, no tocante ao impacto das mudanças no padrão contábil brasileiro.

Além da atualidade das mudanças trazidas pela instrução CVM nº 457/2007 e Lei nº11.638/2007, pesquisas relacionadas ao tema proposto são escassas “limitando-se, a maioria delas, destacar as diferenças entre as normas internacionais e as normas brasileiras”, conforme destaca Weffort (2005, p.26). Quanto ao setor, escolhido pelo critério de conveniência, enfatiza Oliveira Júnior (2006) que as pesquisas relacionadas ao Setor de Saneamento no Brasil “estão mais direcionadas às discussões de privatização, de titularidade, de regulação do setor, de relacionamento com políticas de desenvolvimento urbano, de meio ambiente e de saúde pública”. Ambas as afirmativas continuam sendo válidas, conforme confirmam as pesquisas bibliográficas realizadas para compor o capítulo 2 da presente dissertação.

Em âmbito internacional, diversos trabalhos (Ball (2006), Cordazzo (2008), Hoogendoorn (2006), Jermakowtcz (2004), entre outros) tratam do impacto da mudança nos padrões contábeis de cada país, sobretudo no continente europeu,

onde a mudança já é realidade desde 2005. Contudo, nenhum desses trabalhos enfoca a percepção dos profissionais responsáveis pelas informações contábeis.

Do ponto de vista de aplicação imediata, o presente estudo contribui também para que os profissionais responsáveis pelas informações contábeis possam conhecer as dificuldades/facilidades percebidas pelos colegas de outra empresa/setor e delas extraírem informações que possam fornecer-lhes subsídios às suas atividades.

1.5 Estrutura do trabalho

Este trabalho está estruturado em quatro (4) capítulos, dispostos da seguinte forma:

- O capítulo 1 refere-se à introdução, com a sua contextualização, situação-problema, questão de pesquisa, delimitação do estudo, objetivos, justificativa e estrutura do trabalho;
- O capítulo 2 aborda os estudos anteriores, nacionais e internacionais, sobre o impacto da convergência nas organizações e a construção de hipóteses;
- O capítulo 3 é destinado a apresentar a metodologia da pesquisa empírica;
- O capítulo 4 traz a análise dos resultados
- O capítulo 5 traz as considerações finais e sugestões para pesquisas futuras.

2 ESTUDOS ANTERIORES E CONSTRUÇÃO DE HIPÓTESES

Este capítulo tem por objetivo destacar as pesquisas já realizadas que abordam o tema proposto, ou seja, a de análise do impacto da convergência nas empresas e a construção de hipóteses.

2.1 Pesquisas brasileiras

Dada a recente discussão sobre o tema, aqui no Brasil, a maioria das pesquisas destaca as principais diferenças normativas entre os padrões brasileiro, americano e internacional, fugindo, portanto, do escopo objeto desta pesquisa. Contudo, alguns trabalhos merecem destaque por abordar o tema proposto, quais sejam: Antunes, Antunes e Penteado (2007), Castro Neto et. al. (2004), Leite (2002), Lemes e Carvalho (2004), Soares, Catão e Ribeiro Filho (2004) e Souza e Coutinho Filho (2007).

O objetivo do trabalho de Leite (2002, p. 52) foi o de “apresentar conflitos de interesses existentes entre organismos contábeis e países no processo de fixação de normas (padrões) contábeis internacionais”. Eminentemente desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, o autor limitou-se, no item denominado estudos de casos, em destacar as diferenças de resultado entre dois padrões contábeis. Apresentou naquele item os casos da Daimler-Benz, Copel, Gerdau, Telemar e TIM Nordeste.

Para o autor, a globalização dos mercados torna irreversível a harmonização internacional dos padrões contábeis, com o objetivo principal de alavancar o mercado de capitais, com maior transparência nas informações divulgadas e estímulo para investimentos diretos estrangeiros, necessitando de um padrão que possibilite a comparabilidade e transparência dos investimentos auferidos em um país. Espera-se que a transparência e comparabilidade reduzam o risco do investimento e o custo do capital.

A economia global em pleno crescimento e as pressões do mercado estão conduzindo à exigência de um conjunto de normas contábeis transparentes e de relatórios contábeis comparáveis para uso em

todo o mundo. Essas pressões do mercado incluem a redução de riscos de investimentos e menores custos de capital como resultado de informações contábeis transparentes e comparáveis, de alta qualidade, de acordo com as normas internacionais emanadas pelo IASC.

Portanto, julgamos que as informações contábeis globais, ou seja, o processo de harmonização internacional da contabilidade que ora vem sendo influenciado pela globalização dos mercados econômicos, são almejadas pelo público em geral, principalmente pelos investidores, com a finalidade de fazer da contabilidade uma linguagem universal no mundo dos negócios empresariais, facilitando assim o processo de comunicação entre a companhia e seus usuários de informações (LEITE, 2002, p. 64).

Lemes e Carvalho (2004) buscaram identificar os potenciais impactos da convergência das normas internacionais nas empresas brasileiras, por meio de estudos exploratórios e estudo de caso, enfatizando dois aspectos relevantes referentes aos efeitos das normas internacionais em transações efetuadas por empresas brasileiras, ou seja, o impacto no resultado e no patrimônio líquido. Afirmam os autores que “a comparação entre os conjuntos de normas, na teoria e na prática, indicou diferenças potenciais entre eles” (LEMES; CARVALHO, 2004, p. 6). A primeira parte da pesquisa consistiu em comparar os valores de resultado e patrimonial de uma empresa siderúrgica brasileira, de acordo com três conjuntos de normas contábeis: Brasil GAAP, USGAAP e IFRS/IASB. A tabela comparativa utilizada pelos autores destaca informações dos exercícios de 2003 e 2002. Segundo os autores, este comparativo enfatiza o alto nível de conservadorismo pelo qual as empresas brasileiras são conhecidas no cenário mundial, ou seja, “numa análise simplista, tendência para antecipar prejuízos, nunca lucros” (LEMES; CARVALHO, 2004, p. 6). O segundo momento da pesquisa apresentou resultados de uma amostra de onze (11) empresas brasileiras dos setores industrial, comercial e de serviços, representativas de uma população de trinta e cinco (35) empresas brasileiras que migraram para o padrão americano. As informações referem-se ao exercício de 2002, extraídas das demonstrações financeiras divulgadas e as constantes no relatório 20-F. Segundo os autores, nesta pesquisa foram identificados cento e sessenta e quatro (164) itens de divergência entre as duas normas. Merece destaque as variações de resultado e de patrimônio líquido que contrariam os modelos que buscam categorizar os países em função do maior ou menor nível de conservadorismo, como o modelo de Gray utilizado pelos autores.

Nestes modelos, países em desenvolvimento como o Brasil, são tidos como países conservadores contabilmente, o que conseqüentemente resultaria em menores lucros ou maiores prejuízos. Os Estados Unidos, em contraposição, são classificados como um país em que a contabilidade tende a antecipar o reconhecimento de receitas e a postergar o reconhecimento de despesas, e conseqüentemente, a superavaliar os lucros, fruto, por vezes de um mercado acionário atuante que exige resultados no curto prazo (LEMES; CARVALHO, 2004, p. 9).

Por último, os autores destacam os resultados de um estudo de caso de uma empresa que atua como prestadora de serviço de telemarketing. Os autores analisaram nas demonstrações contábeis doze (12) itens identificados como divergentes entre as normas, brasileira e internacional e concluíram que três deles apresentaram divergências numéricas, impactando em ajustes no lucro líquido e no patrimônio líquido. Esses ajustes refletiram em melhores resultados do exercício de 2002, tanto em lucratividade quanto em situação patrimonial.

Os autores destacam que as normas utilizadas na pesquisa foram as emitidas até 2002, evidenciando a necessidade de harmonização, aceleradas a partir de 2003 pelo IASB, em atendimento à necessidade dos países europeus em adotar o padrão até 2005.

O trabalho de Soares, Catão e Ribeiro Filho (2004, p. 248) merece destaque pelos objetivos de

- identificar quais os benefícios relacionados à harmonização contábil;
- evidenciar a evolução da harmonização contábil no Brasil [no período compreendido entre 1991 a 2000];
- analisar as variáveis que exprimem algum tipo de benefício coneccto ao processo de harmonização;
- comparar o processo de harmonização contábil brasileiro e a experimentação das benesses conectas a essa prática.

As pesquisas, bibliográfica e documental permitiram a Soares, Catão e Ribeiro Filho (2004) concluírem que não é possível atrelar à harmonização contábil qualquer benefício, em virtude de existirem outras variáveis que impactam nas

decisões de investimento e de alocação de capital no país. Na opinião dos autores, a decisão de alocação de capital no Brasil por parte de investidores internacionais estaria muito mais atrelada à política macroeconômica do que a adequação das normas sobre publicação e divulgação dos resultados das empresas.

Verificamos que o processo de harmonização brasileiro, aqui evidenciado pela relação das Normas Brasileiras de Contabilidade no período de 1991 a 2000, não foi determinante para escolha do Brasil como destino de capitais internacionais. Pelo contrário, as normas pareceram, como no caso das ações brasileiras negociadas em Nova York, adequar o país às “melhores práticas” depois das empresas conseguirem negociar suas ações. E fatores como processo de desestatização do Estado e o fim do câmbio fixo elevaram o país à categoria de investimento com retorno significativo.

É possível que o processo de harmonização brasileiro ainda não seja maduro o suficiente e, naturalmente, incapaz de creditar-se como o fator motivador do capital externo, levando investidores a não considerar essa variável na análise de oportunidades no país (SOARES; CATÃO; RIBEIRO FILHO, 2004, p. 264).

Das poucas pesquisas encontradas no Brasil sobre o impacto da padronização das práticas contábeis às normas internacionais, destaca-se o trabalho de Castro Neto et. al. (2004). Contudo, o enfoque dos autores foi restrito à prática de determinadas normas, mais especificamente as IAS 14 e IAS 36 que tratam da divulgação das informações contábeis por segmento. A pesquisa empírica do estudo destacou, em análise comparativa, as informações segmentadas de quatro (04) empresas multinacionais que atuam no mercado brasileiro, quais sejam: Weg S/A, General Eletric S/A, Bunge S/A e Basf S/A.

Concluem os autores que

de acordo com a pesquisa realizada, ... os relatórios segmentados fornecem informações relevantes para avaliação da rentabilidade e do desempenho da empresa, por linhas de produto, territórios de vendas e outros segmentos, constituindo-se de excelente bagagem e subsídios aos gestores, investidores, fisco e demais usuários das informações contábeis. As informações por segmento de negócios e por região constituem meios para previsões de resultados futuros, superando as informações consolidadas. O fator risco também é reduzido aos investidores, quando as informações segmentadas são disponibilizadas pelas empresas.

A harmonização de normas contábeis, possibilitando a comparação das informações das empresas em vários países, constitui-se necessidade urgente, especialmente quando se trata de informações por segmento (CASTRO NETO et. al., 2004, p. 454).

O trabalho de Antunes, Antunes e Penteado (2007) buscou discorrer sobre o *First-time Adoption of Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS 1) “identificando suas principais características e os problemas que poderão advir para a implantação inicial desses novos padrões contábeis nas empresas brasileiras”. Segundo os autores, seis aspectos importantes devem ser considerados ao adotar pela primeira vez o padrão contábil internacional, quais sejam:

- a) – identificar as diferenças entre a política contábil utilizada e o IFRS;
- b) – selecionar as políticas contábeis que estão de acordo com as normas internacionais, na data de publicação das primeiras demonstrações em IFRS;
- c) – determinar isenções do IFRS que serão aplicadas;
- d) – determinar as estimativas apropriadas na data de transição para o IFRS;
- e) – determinar a necessidade de avaliação de *experts*, e;
- f) – preparar o balanço de abertura ao final da transição para o IFRS, de acordo com as políticas selecionadas e aplicação dessas políticas para as demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro e para, pelos menos, um ano de informações comparativas. (ANTUNES; ANTUNES; PENTEADO, 2007, p. 14-15).

Souza e Coutinho Filho (2007) buscaram identificar as principais dificuldades para a readequação das normas brasileiras de contabilidade em relação às normas internacionais de contabilidade em uma empresa atuante no setor de metalurgia no norte de Minas. É importante ressaltar que, segundo os autores, a empresa reporta informações contábeis em IFRS para sua matriz localizada na Europa.

Os autores realizaram a pesquisa empírica em duas partes. Na primeira parte, foi encaminhado um questionário, composto por dez questões abertas, à gerência responsável pela elaboração dos relatórios no padrão internacional. Os aspectos abordados no questionário foram relacionados:

às dificuldades de migração entre as normas, ressaltando o processo inicial de elaboração e implantação dos relatórios em IFRS, a necessidade de investimento em novos sistemas, a influência do fator cultural na adoção de normas de contabilidade internacional, a influência do sistema jurídico brasileiro, a questão da disciplina contabilidade internacional e outros fatores relevantes (SOUZA; COUTINHO FILHO, 2007, p. 10).

A segunda parte da pesquisa consistiu em analisar as demonstrações financeiras Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, nos dois padrões brasileiro e internacional.

Os autores concluíram com a pesquisa que, diferentemente da realidade brasileira, as regras internacionais “têm como principal escopo informar e capacitar os usuários para a tomada de decisões econômicas” (SOUZA; COUTINHO FILHO, 2007, p. 13).

No que se refere à variável ‘dificuldade de migração entre as normas’, ressaltando o processo inicial de elaboração e implantação dos relatórios em IFRS, os autores afirmam que a pesquisa mostrou ser um processo de readequação trabalhoso e que exige profundos conhecimentos das normas locais e internacionais.

No tocante à necessidade de novos sistemas, foi verificado que as principais ferramentas utilizadas pela empresa eram as planilhas eletrônicas, intrincadas com complexas fórmulas e regras necessárias à informação em padrão IFRS.

No que tange ao processo de convergência, verificou-se a carência de profissionais qualificados que compreendessem as novas regras para treinamento e consultoria. Segundo os autores, contribui para essa carência a escassez de cursos de graduação que oferecem a disciplina contabilidade internacional.

Quanto ao aspecto cultural, enfatizam os autores que não foi variável de entrave à adoção do padrão internacional devido à interposição, pela matriz, das regras a serem seguidas pela subsidiária brasileira. Destacam, contudo que o fator cultural exerce influência sobre a contabilidade e que cada nação possui sua própria história e valores culturais distintos.

No tocante à segunda parte da pesquisa, os autores concluem que as divergências entre o padrão contábil e o internacional são significativas, tanto em aspectos estruturais quanto de resultado, enfatizando a importância da padronização.

2.2 Pesquisas internacionais

O volume de pesquisas internacionais relacionadas à experiência sobre a padronização contábil é bem maior que no Brasil. Contudo, a maioria está mais voltada aos aspectos normativos e macroeconômicos. Pesquisas relacionadas à experiência de empresas ou setores econômicos são em menor volume.

Por meio de consultas à base de dados *Ebsco – Business Source Premier* e site da *European Accounting Association* (EAA), foram selecionados alguns artigos que estão diretamente relacionados ao foco desta pesquisa, quais sejam: Agca e Aktas (2007), Cordazzo (2008), Ernstberger e Vogler (2008), Gray et. al. (2008), Jermakowtch (2004), Jones e Luther (2005), Moya e Oliveras (2006), Stenka, Ormrod e Chan (2008), Sucher e Jindrichovska (2004), Veneziani e Teodori (2008) e Weibenberger, Stahl e Vorstius (2004). Além destes, destaca-se também os trabalhos de Ball (2006), Delvaille, Ebbers e Saccon (2005), Demir, Kaya e Levent (2008), Hoogendoorn (2006) e Pricewaterhousecoopers (2006). Estes trabalhos, apesar de não estarem diretamente relacionados ao estudo da percepção relacionada à experiência de empresas ou setores econômicos, são relevantes, pois tratam de percepções de outros profissionais.

Este capítulo está dividido em dois tópicos. O primeiro aborda os trabalhos que analisam a experiência de empresas ou setores econômicos. O segundo aborda a percepção de outros profissionais.

2.2.1 Experiência de empresas ou setores econômicos

Os trabalhos de Ernstberger e Vogler (2008), Jones e Luther (2005), Moya e Oliveras (2006) e Weibenberger, Stahl e Vorstius (2004) referem-se à experiência de empresas ou setores econômicos da Alemanha e ambos estão relacionados à adoção voluntária do padrão IFRS.

Weibenberger, Stahl e Vorstius (2004) afirmam que desde 1993 um crescente número de empresas alemãs listadas na bolsa publicou as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o padrão IFRS ou americano. Em 1998 esses padrões foram aprovados como substitutivos do padrão alemão para as empresas listadas. Até a publicação do regulamento europeu nº1606/2002, estabelecendo o padrão IFRS para toda a UE, não havia clara tendência de prevalência de um ou outro padrão. A pesquisa dos autores teve como objetivo principal conhecer quais os motivos que levaram essas empresas a optarem por um ou outro padrão, em substituição ao padrão alemão e se esses objetivos foram alcançados, passados dez anos.

A conclusão dos autores (WEIBENBERGER; STAHL; VORSTIUS, 2004) foi que, embora as empresas afirmassem que suas expectativas globais fossem satisfatórias, uma análise detalhada mostrou que os objetivos de várias das empresas não foram atingidos. Além disso, o estudo mostrou também que os critérios de escolha de um modelo ou outro divergiam de empresa para empresa. A pesquisa foi feita levando-se em consideração três grandes questões: 1) – quais os objetivos das companhias alemãs em publicar suas demonstrações contábeis no padrão IFRS ou americano; 2) – avaliar em que medida estes objetivos foram atingidos, a partir do ponto de vista das empresas; 3) – analisar se os motivos para a escolha de um dos dois modelos discriminam preferências.

Segundo Weibenberger, Stahl e Vorstius (2004), os objetivos que levaram as empresas alemãs a optarem por um ou outro padrão dividem-se em dois grupos: O grupo dos objetivos financeiros, que se referem ao relacionamento das empresas com seus investidores e o grupo dos objetivos operacionais. Além destes, há ainda outros dois fatores imperiosos que também foram levados em consideração. Primeiro, existe um grupo de empresas que não optaram pela mudança, mas foram obrigadas a fazê-lo, como consequência da sua falta de independência, ou seja, foram obrigadas a seguir as recomendações da controladora. Este grupo não foi considerado nas pesquisas. O segundo fator está atrelado à obrigatoriedade de utilizar um padrão internacional para que as companhias fossem listadas no chamado *Neuer Markt* na Alemanha. Esse grupo foi importante para segmentar a pesquisa, usando como comparativo o grupo *Neuer Markt* versus DAX100.

No tocante ao grupo dos objetivos financeiros, estes podem ser resumidos da seguinte forma:

- Cumprimento das expectativas de mercado de capitais para um grau mais elevado;
- Melhoria da comparabilidade entre congêneres;
- Maior diversificação do grupo de investidores;
- Aumento da atratividade para os investidores institucionais;
- Planejamento de uma listagem estrangeira;
- Redução do custo de capital próprio;
- Aperfeiçoamento do risco de crédito.

No tocante ao grupo dos objetivos operacionais, destacam-se:

- Melhoria do produto e reconhecimento da marca;
- Maior cooperação com parceiros comerciais estrangeiros;
- Aquisição de empresas estrangeiras;
- Maior cooperação com autoridades estrangeiras;
- Melhor recrutamento de funcionários internacionais;
- Integração dos sistemas de comunicação interna e externa;
- Implementação de valor com base em sistemas de gestão.

A pesquisa de Weibenberger, Stahl e Vorstius (2004) foi feita levando-se em consideração a população compreendida pelas companhias listadas no período entre setembro de 2000 e fevereiro de 2001, representando um total de 550 companhias. Destas foram escolhidas 100 companhias que compunham o DAX100 e 259 listadas no *Neuer Markt*. Foi encaminhado a todas as 359 empresas um questionário com perguntas alusivas ao escopo da pesquisa. Das 359, apenas 81 empresas retornaram o questionário com as respostas, sendo 31 empresas das 100 que compunham o DAX100 e 50 do grupo do *Neuer Markt*. Das 81 empresas, 70 delas já tinham adotado um padrão internacional e 11 estavam em processo de implantação.

A pesquisa permitiu ainda aos autores (WEIBENBERGER; STAHL; VORSTIUS, 2004) concluir que as empresas que optaram pelo padrão IFRS, o fizeram pelas seguintes razões:

- Expectativa de menores custos de implementação e manutenção do sistema;
- Expectativa de maiores ganhos de gestão de oportunidades;
- Maior similaridade entre o padrão IFRS e o alemão;
- Maior aceitação e utilização na UE do padrão IFRS.

Já as companhias que optaram pelo padrão americano, fizeram-no devido ao maior interesse no mercado americano. Na ocasião, as expectativas de adotar um padrão que seria dominante também influenciaram tais companhias.

O trabalho de Jones e Luther (2005) buscou examinar o possível impacto das IFRS nas empresas industriais alemãs, com base em percepções e expectativas dos gestores e consultores. O enfoque da pesquisa centrou em identificar de que forma a padronização internacional pode criar novas interações entre a contabilidade financeira e gestão na Alemanha, bem como o impacto destas interações na gestão das empresas de um modo geral. Em particular, como as mudanças das práticas de governança corporativa e de contabilidade financeira podem desencadear outras mudanças na gestão e controle de práticas contábeis. Em linhas gerais, a questão é saber se a gestão alemã continuará a estar em conformidade com os costumes e tradição alemã, ou se haverá uma convergência para um o modo de gestão global. Essa questão é explorada por meio de percepções e expectativas dos gestores de empresas industriais e consultores.

A pesquisa de Jones e Luther (2005) foi feita no início de 2004 (um ano antes da obrigatoriedade das informações em padrão IFRS) envolvendo três empresas industriais alemãs, do Estado da Baviera, e dois consultores. Destacam os autores que as empresas não foram selecionadas no intuito de ser uma amostra representativa das indústrias alemãs, mas sim de oferecer uma gama de diferentes formas e práticas organizacionais. A empresa “A” é uma divisão alemã de um grupo de empresas controlado, há três anos, por uma empresa americana de capital de risco. A empresa “B” é uma pequena empresa familiar e a empresa “C” é uma

grande empresa internacional controlada por uma família alemã, com sede na Alemanha.

A primeira parte da pesquisa consistiu em examinar as publicações e documentos internos das empresas. Logo após, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com quatro gestores de cada empresa, sendo estes representantes das áreas financeira, contábil, de produção e comercial. Na terceira etapa da pesquisa, foi feito um tour nas fábricas e, finalmente, um follow-up por e-mail que permitiu completar as informações que faltaram ou mesmo esclarecer eventuais dúvidas. (JONES; LUTHER, 2005)

A pesquisa foi completada por meio de entrevistas com consultores de empresas, com larga experiência em gestão. O objetivo dessas entrevistas era o de comentar as conclusões dos autores sobre as pesquisas feitas nas três empresas.

No tocante à perspectiva de que as IFRS aumentarão a importância da contabilidade financeira, a pesquisa identificou importantes diferenças entre este sistema de contabilidade financeira e práticas tradicionais. Para os que apóiam as IFRS, a abordagem centrada no valor justo (*fair-value*) permite produzir informações reais sobre o desempenho econômico da empresa, que será mais útil para os acionistas na tomada de decisão. O tradicional sistema alemão tinha estreitas preocupações com o fator tributação da renda. Embora estes sejam claramente assuntos importantes para a empresa, eles não são fortemente relevantes para a gestão estratégica e operacional das empresas. Para alguns defensores das IFRS, a nova abordagem irá mudar isso, divulgando informações mais relevantes para as necessidades de gestão. A percepção dos entrevistados sobre as normas IFRS destaca que são normas de contabilidade com maior qualidade de informações para tomada de decisão do que as normas alemãs. Esses números também são usados para gerenciamento da informação, numa perspectiva geral de gestão. As IFRS permitem proporcionar aos gestores informações mais confiáveis para a tomada de decisão (JONES; LUTHER, 2005).

Outro objetivo das empresas alemãs que adotaram antes de 2005 as IFRS foi o de integração do modelo contábil alemão com o modelo internacional. Essa integração foi defendida pelos consultores entrevistados e pelos gestores de uma das três empresas. Os principais elementos que justificam essa defesa são: 1) – as IFRS oferecem uma forma superior de informação econômica em relação ao

desempenho do negócio; 2) – representa uma mudança de uma orientação e estatuto fiscal para uma orientação voltada ao atendimento das necessidades dos acionistas, razão pela qual se tornam relevantes para os controladores e gestores de um modo geral; 3) – permitem a integração dos sistemas de gestão contábil e financeira, possibilitando maior eficácia na escolha e tratamento dos dados; 4) – poderiam ser aproveitadas para a integração empresarial.

Quanto às perspectivas de mudança de gestão contábil, os autores identificaram impacto significativo da mudança na contabilidade do setor industrial, devido a suas especificidades. Tais especificidades foram estruturadas levando-se em consideração o atendimento dos normativos fiscais e não as necessidades de gestão. Com as IFRS, a contabilidade tende a divulgar informações mais realísticas sobre a performance da empresa.

Quanto à perspectiva de mudança de relacionamento entre gestores financeiros e contábeis, destacam os autores que as IFRS trazem de volta a importância da gestão contábil às empresas que já tinham perdido a importância em virtude de seus tratamentos tradicionais, que não refletiam as necessidades de gestão (JONES; LUTHER, 2005).

Moya e Oliveras (2006) realizaram uma pesquisa documental das empresas que adotaram voluntariamente as IFRS antes de 2005 na Alemanha. O objetivo do trabalho foi analisar o impacto patrimonial e de resultado quando da adoção inicial das IFRS. O resultado da pesquisa aponta que, tanto individualmente quanto em geral, o impacto da adoção inicial das IFRS, é significativo. Em relação aos setores específicos analisados, o impacto também se mostrou relevante, mas difere entre os setores.

A primeira parte da pesquisa foi composta pelas empresas que compunham o índice DAX30. Das trinta (30) empresas que compunham o supramencionado índice, seis (6) empresas eram financeiras e não foram consideradas, dez (10) delas não haviam adotado voluntariamente as IFRS. As quatorze (14) restantes foram consideradas na análise, independentemente do setor de atuação. Estes grupo de empresas foi subdividido em três sub-grupos: 1) – empresas que adotaram as IFRS antes de 1999; 2) – empresas que adotaram as IFRS entre 1999 e 2001; 3) – empresas que adotaram em 2001 ou depois (MOYA; OLIVERAS, 2006). A segunda parte da pesquisa foi composta por empresas do setor químico e farmacêutico. Das

sete (7) empresas destacadas na pesquisa, cinco faziam parte do DAX 30 e por isso já foram analisadas na primeira parte da pesquisa. A terceira parte da pesquisa destacou o setor de moda. Neste grupo, foram consideradas três empresas (3) sendo uma delas parte integrante do DAX30.

O trabalho de Ernstberger e Vogler (2008) analisa o impacto da adoção voluntária das IFRS sobre o custo do capital próprio na Alemanha. Os autores aplicaram testes econométricos utilizando informações de empresas listadas no novo mercado alemão (*Neuer Markt*) que voluntariamente, adotaram as IFRS. Os autores afirmam que a maior qualidade das normas contábeis contribui para u menor custo de capital próprio.

Os trabalhos de Veneziani e Teodori (2008) e de Cordazzo (2008) analisam o impacto das IFRS na Itália. Veneziani e Teodori (2008) analisaram as companhias não listadas na bolsa de valores italiana, enquanto que Cordazzo (2008) analisou as empresas listadas.

A pesquisa de Veneziani e Teodori (2008) foi realizada no primeiro semestre de 2007. Os pesquisadores entrevistaram, por meio de entrevista estruturada, os diretores financeiros de 34 empresas de médio porte, com sede em uma área limitada do norte da Itália. Esta área é a quinta mais importante área econômica da Itália. As questões abordadas englobam o nível de conhecimento dos entrevistados em IFRS, quais os possíveis fatores determinantes na implantação voluntária das normas, qual a relação custo/benefício, quais os efeitos prováveis no capital próprio e quais áreas da contabilidade têm maior impacto.

Os autores concluem que o resultado da pesquisa mostrou um nível modesto de conhecimento das normas internacionais, cujos interesses pelas IFRS são maiores nos grupos com propensão à internacionalização. Para os grupos com atuação local, o interesse pelas normas é mais restrito, sugerindo um forte “enraizamento” das normas locais, e dificuldades de uma possível mudança em virtude de fatores culturais.

A pesquisa mostrou ainda que as normas internacionais possam trazer algum benefício para as empresas. Contudo, os sujeitos afirmam que podem ter impacto fiscal e que tanto a área administrativa quanto a financeira não possuem a competência necessária para a adoção.

Cordazzo (2008) procurou compreender em que medida as diferenças entre o padrão contábil italiano o padrão internacional poderiam impactar no desempenho das empresas listadas na bolsa italiana (*Italian Stock Exchange*), mais especificamente nas reconciliações do lucro líquido e capital próprio. A pesquisa foi feita aplicando-se os índices de proporcionalidade de Gray's versus o índice de conservadorismo. A amostra incluiu 178 empresas industriais e de serviços listadas em 31 de outubro de 2006, que tivessem concluído a transição das contas financeiras consolidadas.

A autora conclui que o impacto da adoção das IFRS no lucro líquido trouxe efeitos positivos. Contudo, o impacto fiscal traz efeitos negativos significativos. O efeito total é menos relevante sobre o capital próprio.

Com relação à experiência de empresas ou setores de outros países, destacam-se os trabalhos de Agca e Aktas (2007), Gray et. al. (2008), Jermakowtcz (2004), Stenka, Ormrod e Chan (2008) e Sucher e Jindrichovska (2004).

O trabalho de Jermakowtcz (2004) analisa a percepção dos diretores financeiros, contadores e profissionais responsáveis pelas demonstrações financeiras em IFRS acerca do impacto da convergência internacional da contabilidade na empresa onde esses profissionais atuam. Para a realização da pesquisa, a autora optou pela amostra composta pelas vinte (20) empresas que compunham o índice BEL-20. Esse índice era composto pelas vinte (20) empresas com maior liquidez na bolsa de valores da Bélgica. A pesquisa foi realizada em 2003, utilizando as informações alusivas ao exercício de 2002. As empresas pesquisadas foram: Agfa-Gevaert; Almanij; Barco; Bekaert; Cofinimmo; Colruyt; Delhaize; Dexia; D'leteren; Electrabel; Eortis; GBL; Interbrew; KBC; Mobistar; Omega-Pharma; Solvay; Tessengerlo; UCB e Umicore. Participaram da pesquisa, 25% diretores financeiros, 65% profissionais da área contábil e 10% outros gestores financeiros.

A autora (JERMAKOWTCZ, 2004) destaca que a maioria das empresas ainda não utilizava o padrão IFRS naquele momento. Das participantes, apenas três empresas aplicavam as normas IFRS desde 2001 (Agfa-Gevaert, GBL e Interbrew). Outras Três estavam adotando o padrão internacional pela primeira em 2003 (Barco, Bekaert e Solvay). As demais, 100% delas afirmaram estarem preparadas para a

implantação do novo padrão. Destas, 75% estavam em processo de implantação e 25% em fase de planejamento.

Como resultado da pesquisa, afirma Jermakowtcz (2004) que a mudança do padrão contábil tem implicações significativas, não só para os demonstrativos financeiros, mas também para toda a informação financeira institucional, infraestrutura, bem como em nível de harmonização contábil em toda a União Européia (UE). As normas internas devem ser alteradas a fim de atingir o desejado objeto de convergência com as normas IFRS e permitir a comparabilidade das demonstrações financeiras. Os Estados-membros podem adotar as IFRS, total ou gradualmente, para as empresas não cotadas em bolsa, permitindo assim a comparabilidade das informações dentro da UE. Embora existam peculiaridades, como objetivos, tradição e cultura diferentes, as empresas poderiam obter benefícios com um sistema uniforme em toda a Europa. Na Bélgica, assim como em outros países da Europa, a contabilidade societária e a fiscal possuía uma estreita ligação, razão pela qual as empresas belgas teriam de encontrar soluções para organizar seus sistemas que permitam ambos os controles. Parece provável que uma significativa desarmonia surge entre as informações individuais e consolidadas, na medida em que as empresas têm de aplicar dois diferentes sistemas de contabilidade. É muito provável também custos extras e maior complexidade nas atividades, criando barreiras ao desenvolvimento das sociedades e prejudicando a concorrência entre as empresas. A tarefa de implementar e manter diferentes sistemas de contabilidade para contas individuais e consolidadas é complexa e onerosa. Um programa de formação para o pessoal em toda a empresa, que lhes permitam adotar a nova maneira pela qual uma empresa é operada situa-se entre as mais importantes. A pesquisa aponta ainda que a implantação das IFRS enseje em mudanças radicais no tocante a forma como estas empresas são gerenciadas e compõem seus relatórios de atividades internas e externas. Os pontos positivos da padronização apontados pela pesquisa referem-se à padronização da linguagem contábil, a comparabilidade das contas consolidadas e o maior grau de transparência das informações. Como desafio na adoção da IFRS é o uso do justo valor, alusivos aos valores reportados de ativos. Do ponto de vista de perspectivas, a autora afirma acreditar que a mudança de regime contábil teria um impacto positivo sobre a competitividade e o crescimento das

empresas europeias e à realização de um mercado integrado de serviços financeiros na UE.

O trabalho de Sucher e Jindrichovska (2004) destaca os resultados da pesquisa efetuada na República Tcheca. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas, com 11 questões abertas para discussão, enfatizando os seguintes aspectos: planejamento para a implantação das IFRS; opinião pessoal sobre a importância das IFRS; nível de conhecimento das IFRS; impacto das IFRS nas organizações onde atua; acesso às normas; treinamento e desenvolvimento pessoal e nível de conhecimento específico sobre determinada norma (*fair-value*).

Os autores (SUCHER; JINDRICHOVSKA, 2004) concluem que existiam diferentes grupos na República Tcheca em diferentes fases de desenvolvimento na implementação das mudanças requeridas pela padronização. Havia um pequeno grupo de grandes empresas Tchechas, com financiamentos internacionais, que já tinham iniciado o processo de mudança e preparação das demonstrações financeiras em IFRS. Esse grupo de empresas era auditado por uma empresa de auditoria denominada *big-four*, cujos conhecimentos da língua inglesa e contabilidade internacional facilitaram o processo de mudança. Depois, havia um grupo de grandes empresas Tchechas que não estavam preparadas para a mudança. Essas empresas eram geralmente auditadas por uma empresa de auditoria de atuação local. Enfatizam os autores que as empresas auditadas por uma empresa de auditoria de porte global estavam mais bem preparadas para a mudança. No que se refere aos cursos de treinamentos, os mesmos afirmam que eram várias as ofertas, mas não foram capazes de avaliar a qualidade desses cursos.

O trabalho de Agca e Aktas (2007) aborda a extensão das diferenças entre os riscos financeiros das empresas turcas listadas na bolsa de valores de Istambul, depois da adoção pela primeira vez das IFRS. Não foi considerado na pesquisa o setor financeiro e setores com número de observações abaixo de dez. A pesquisa foi realizada através de informações extraídas da internet, alusivas ao exercício de 2004. Foram analisados cerca de doze (12) indicadores de atividade, de liquidez, de endividamento e rentabilidade. Os relatórios financeiros estudados englobam cerca de cento e quarenta e sete (147) companhias.

Como resultado da pesquisa, Agca e Aktas (2007) destacam que, de acordo com o teste estatístico realizado por amostragem geral, somente a mudança no risco

de caixa e giro dos do ativo foram estatisticamente significativos. Concluem os autores que a aplicação das normas internacionais impactou na análise de risco das organizações, que se mostraram estatisticamente significativos.

Gray et. al. (2008) afirmam que há uma completa falta de investigação sobre as dificuldades encontradas pelas empresas e os custos para a implementação de um novo padrão contábil. Desta forma, os autores buscaram conhecer tais percepções realizando uma pesquisa com os diretores financeiros das companhias listadas na bolsa de valores da Austrália (*Australian Stock Exchange – ASX*).

A pesquisa foi realizada através da aplicação de um questionário composto por 18 perguntas, distribuídas em duas linhas gerais básicas: 1 – a relação custo/benefício da implementação das IFRS e 2 – se existem diferenças sistemáticas da relação custo/benefício entre o tamanho da empresa e/ou setor de atuação.

Inicialmente, o objetivo dos pesquisadores era obter resposta de todas as 1.666 empresas listadas na ASX em 31 de dezembro de 2005, sendo excluídas 207 empresas sediadas no exterior. Contudo, apenas 339 sujeitos participaram da pesquisa encaminhando suas opiniões. Destas 45 (13%) são empresas grandes, 89 (26%) de tamanho médio e 205 (61%) pequenas empresas sendo representativa, portanto, a amostra.

Gray et. al. (2008) concluíram quem uma das dificuldades encontradas pelos sujeitos para implementar as IFRS era a incerteza quanto a interpretação das normas sua complexidade, resultando no aumento dos custos e de tempo gasto nas discussões com os auditores. Áreas específicas, tais como a contabilização dos instrumentos financeiros, impostos sobre o rendimento e *impairment* foram relatados como difíceis (e, conseqüentemente, caro) para obter as informações necessárias para apresentar as operações ou balanços de acordo com as IFRS.

Quanto à percepção sobre os diferentes impactos para as empresas de porte e/ou setores diferentes, a pesquisa identificou que o acréscimo de custo para as grandes empresas é maior do que para as demais. Uma grande maioria (76,72%) dos sujeitos declarou que os custos aumentarão para a preparação dos relatórios em IFRS.

Quanto à relação custo/benefício das IFRS, os sujeitos declararam não acreditar em supostas vantagens. No geral, os entrevistados relatam que os custos da implementação das IFRS são significativamente superiores aos eventuais benefícios. Esta conclusão deveria ser encarada no contexto da imediação dos custos de longo prazo versus a realização de quaisquer benefícios.

O trabalho de Stenka, Ormrod e Chan (2008) procurou avaliar o impacto econômico da adoção das IFRS, mais especificamente impactos no lucro líquido e capital próprio das empresas listadas na bolsa de valores de Londres. Foram pesquisadas as demonstrações financeiras trimestrais de 50 companhias que compunham o índice FTSE 100. O estudo apontou impactos econômicos significativos nas empresas.

2.2.2 Percepção de outros profissionais

Delvaille, Ebbers e Saccon (2005) não fizeram uma pesquisa empírica sobre perspectivas da adoção das IFRS, mas é relevante por destacar a experiência de três países da União Européia (França, Alemanha e Itália) na adoção da norma internacional. O objetivo dos autores foi comparar a evolução das abordagens rumo à integração do processo de reforma e a conseqüente adaptação das normas relativas às mudanças institucionais e regulamentares.

Como conseqüência do regulamento europeu, que exige a aplicação das IFRS nas informações consolidadas das empresas listadas, a partir de 2005, o processo de internacionalização contábil na França, Itália e Alemanha têm acelerado consideravelmente, embora em diversas formas e velocidades. Parece que cada país adotou uma abordagem individual para convergência. Cada Estado-membro optou por diferentes formas para a aplicação das IFRS em contas individuais e consolidadas. Embora as empresas francesas e alemãs tivessem que continuar com o padrão nacional, na Itália essa obrigatoriedade deixou de existir. Esses países também seguiram caminhos diferentes com respeito à integração das IFRS com a contabilidade nacional. Em 1998, o legislador alemão deu um enorme passo em isentar as sociedades cotadas de aplicar normas contábeis nacionais nas contas consolidadas e permitir-lhes que apliquem o padrão IFRS ou o padrão americano. Como conseqüência, todas as empresas que compunham o índice DAX30 passaram

a adotar um dos dois modelos. Em contrapartida, empresas francesas e italianas não foram autorizadas a aplicar as IFRS em seus relatórios financeiros. Em vez disso, a legislação nacional foi gradualmente modificada objetivando a adaptação às normas IFRS. Ainda, a convergência obrigou esses países a uma série de mudanças institucionais, em especial, no que diz respeito à aplicação e interpretação das IFRS. Alemanha implantou um comitê denominado *Reporting Interpretation Committee* (RIC) com a principal tarefa de coordenar os trabalhos com o IFRIC. Além disso, a Alemanha instituiu uma autoridade independente de execução. Na França e na Itália, já existiam órgãos responsáveis a desempenhar esse papel. O que ocorreu com esses órgãos foi apenas uma reestruturação. Enquanto no passado existia uma semelhança muito grande nas normas dos três países, hoje elas são muito diferentes, não só na informação, mas também na prática na forma como esses países se adaptaram à convergência das normas contábeis.

O trabalho de Ball (2006) também não se refere a uma pesquisa empírica, mas uma descrição de uma palestra proferida pelo mesmo em Londres sobre o tema prós e contras das normas internacionais para os investidores. Enfatiza o autor que, até aquele momento, pouca informação existia com relação às experiências, nacionais e internacionais a respeito da implantação, pois o processo estava em seu início na Europa. O mesmo considera que os prós e contras das IFRS são muito mais conjunturais que supostamente o entusiasmo desenfreado e supostamente altruísta. Enfatiza sua principal preocupação no que diz respeito às diferenças substanciais entre os países que poderão ser ocultados pelo denominado verniz de uniformidade.

Quanto às vantagens, o autor destaca:

- A maior exatidão das informações prometidas pelas IFRS reduz o risco para os investidores;
- Melhorar as informações financeiras reduz a capacidade analítica dos pequenos investidores igualando-os em oportunidade, aos grandes investidores;
- A padronização internacional das informações permite a maior comparabilidade entre empresas, aumentando a oportunidade às organizações e reduzindo os custos de oportunidade aos investidores;

- A provável redução dos custos de processamento das informações permite ao mercado mais eficiência em refletir os preços, aumento de oportunidade maiores ganhos aos investidores;
- Reduzir as diferenças internacionais de contabilidade permite também certo grau de remoção das barreiras comerciais premiando, em teoria, os investidores.

Quanto às desvantagens, Ball (2006) acredita que existem inúmeras razões, políticas e econômicas, para acreditar que a adoção das normas internacionais não serão homogêneas em todo o mundo, inclusive dentro da União Européia. Essa premissa baseia-se no fato de que, apesar da globalização, mercado e políticas permanecem locais. Com isso, a aplicação desigual das IFRS parece inevitável. A contabilidade patrimonial (em especial o *fair-value*) envolve expectativas futuras de fluxos de caixa e, assim, dá margem de manobra na execução das normas. Forças político-econômicas locais vão determinar como gestores, auditores, tribunais e órgãos reguladores vão responder a essa margem de manobra.

O artigo de Hoogendoorn (2006) não configura um trabalho científico, mas um relato de sua experiência como auditor na Holanda quando da implantação do padrão IFRS naquele país, no 29º Congresso anual realizado em Dublin. Destaca o autor que a discussão sobre a implementação do IFRS na Europa é de primordial importância, devido às primeiras publicações das 7000 companhias listadas na UE, alusivas ao exercício de 2005, já no novo padrão, em 2006. Considera o autor que a adoção das IFRS na Europa é a mais nova revolução de informação financeira desde os conceitos de Pacioli. Falar de uma linguagem contábil na Europa, se traduz em benefícios aos investidores.

Em seu relato, o autor faz dez (10) observações, quais sejam:

- As companhias listadas têm subestimado a complexidade, os efeitos e custos de implantação das IFRS. A maioria das entidades começaram o processo de convergência a algum tempo atrás e levou muito mais tempo do que se esperava. Os primeiros projetos que trabalhou como auditor, cuja função era analisar se estavam em conformidade com as IFRS, mereceram cerca de 300 pontos de comentários. Além disso, esses trabalhos apresentaram elevados custos de conformidade;

- Há um profundo envolvimento dos auditores em atingir o pleno cumprimento das IFRS. O envolvimento dos auditores é tão significativo que se corre o risco de se tornar fortemente envolvido na elaboração das demonstrações financeiras. Esse envolvimento é causado principalmente pela complexidade das IFRS, em que muitas entidades, especialmente as pequenas, falta de suficiente competência;
- Existe uma forte pressão dos organismos reguladores em estabelecer mecanismos de coordenação em nível mundial para minimizar a diversidade das IFRS, interpretação e aplicação e para assegurar a coerência na prática. As big-four, na tentativa de atender a essas expectativas, têm criado departamentos especializados em IFRS, desenvolvendo um conjunto de perguntas e respostas sobre todos os tipos de interpretações em questões onde as normas por si mesmas não são claras;
- Existe uma área de tensão entre uma interpretação e os princípios básicos das IFRS, com o objetivo de evitar a diversidade na prática e resultados, em uma abordagem baseada em regras. Se as IFRS deixam margem para julgamento e interpretação, diversidades na prática são inevitáveis. Sob uma abordagem baseada em princípios, o teste de auditoria não está relacionado se tratamentos contábeis são idênticas, mas se as normas são adequadas nas circunstâncias particulares. Portanto, se o *International Accounting Standards Board* (IASB) ou os órgãos reguladores querem evitar diversidade na prática, a única solução seria aumentar as regras oficiais ou interpretações feitas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC);
- A adoção da IFRS resulta em um enorme aumento na comparabilidade das empresas europeias listadas. Contudo, enorme diversidade na prática manter-se-á em números consolidados de 2005. Devido à quarta e sétima diretivas da UE, que foram bastante amplas e permissivas, é de se esperar diferenças significativas nas políticas e práticas contábeis nos vinte e cinco (25) países europeus. As IFRS têm

eliminado muitas destas diferenças, possibilitando a comparabilidade das demonstrações. Mas, devido às várias interpretações possíveis das normas existentes, é uma ilusão pensar que a diversidade na prática não existirá, não obstante os esforços de coordenação dos auditores. Afinal, as demonstrações financeiras são preparadas pelas empresas, baseadas em suas próprias interpretações. O papel do auditor se limita a avaliar se as interpretações aplicadas pela empresa estão em conformidade com as normas IFRS. Uma contribuição importante para a diversidade é, além disso, que os países da Europa vêm de diferentes culturas e as suas interpretações contábeis serão, em parte, influenciadas pela sua história e prática anterior;

- Outro entrave à comparabilidade está relacionada à falta de padrão nos formatos de Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício;
- Diferenças significativas entre as empresas, que podem não ser visíveis a partir das demonstrações financeiras, irão surgir como resultado do valor justo (*fair-value*) e valor recuperável dos ativos (*impairment*) em IFRS. Uma das mais dramáticas mudanças na contabilidade Européia, em consequência da adoção das IFRS é caminhar para mais valor justo contábil, incluindo o *goodwill* e o *impairment*. Isto envolve subjetivas estimativas dos fluxos de caixa futuros. As estimativas são específicas às empresas e por isso há uma grande gama de valores aceitáveis. Isto resulta em inevitável falta de comparabilidade;
- O IFRS é demasiado complexo, mesmo para os auditores e outros especialistas. Ler e entender as demonstrações financeiras será uma difícil tarefa para a maioria dos usuários. Em média, as demonstrações financeiras em IFRS aumentam em cerca de 20 a 30 páginas;
- O IFRS não é claro e é instável, o que mina a confiança do mercado de capitais;

- Finalmente, as cinco questões mais difíceis na prática, que são as interpretações das normas específicas: IAS 32/39; IAS 19; IFRS 3; IAS 38; IAS 36.

A Pricewaterhousecoopers (2006) pesquisou, por meio de um questionário composto de dez questões fechadas, cento e oitenta e sete (187) gestores de fundos de investimentos, em sete (07) países da Europa (Alemanha, Bélgica, Itália, Holanda, Noruega, Portugal e Reino Unido), acerca das informações do exercício de 2005, publicadas no padrão internacional. Quanto ao perfil desses investidores, 79% informaram serem gestores de fundos de ações de grandes empresas, 59% de pequenas e médias empresas, 26% gestores de fundos de renda fixa corporativos, 14% gestores de derivativos e 5% gestores de outros tipos de investimentos.

Conclui a Pricewaterhousecoopers (2006) que os investidores já estavam atentos ao novo padrão e que há um nível de confiança significativo quanto a habilidades dos gestores em implementar as normas com eficácia. Estas, por sua vez, darão um maior nível de transparência nas informações divulgadas, contribuindo para as decisões de investimento.

Demir, Kaya e Levent (2008) preocuparam-se em pesquisar os profissionais auditores. Os autores pesquisaram cerca de 80 auditores turcos e procuraram conhecer qual a percepção desses profissionais quanto ao julgamento profissional no tocante à adoção das IFRS na Turquia.

O estudo utiliza seis normas internacionais de contabilidade que requerem alto nível de julgamento profissional (IAS 8, IAS 12, IAS 19, IAS 32, IAS 39 e IAS 37). Essas normas foram selecionadas por meio de uma sondagem preliminar realizada entre os profissionais de contabilidade. Foi enviado um questionário aos revisores oficiais de diversas empresas de auditoria e cerca de 40 respostas foram recebidas.

A partir da seleção das normas, o instrumento de pesquisa foi composto de 13 questões com opções de resposta que variavam de concordo totalmente a discordo totalmente. O questionário foi enviado para 200 auditores que trabalhavam em empresas de auditoria estabelecidas na Turquia e 80 auditores retornaram as respostas. O objetivo da pesquisa foi o de explorar as semelhanças e diferenças entre os auditores de diferentes grupos. O resultado da pesquisa mostrou que os

auditores de empresas de auditoria com experiência internacional possuem maior percepção no julgamento das normas.

Finalmente, os quadros 2, 3 e 4 resumem as pesquisas destacadas neste capítulo.

Autor(es) Ano	Setor/Segmento Pesquisado	Variáveis
Leite (2002)	automotivo, siderurgia, energia elétrica e telefonia	diferenças de resultado entre os padrão contábil brasileiro e o internacional
Lemes e Carvalho (2004)	siderurgia, indústria, comércio, serviços e telemarketing	diferenças de resultado e valor patrimonial entre o padrão contábil brasileiro, americano e internacional
		grau de conservadorismo
Soares, Catão e Ribeiro Filho (2004)		benefícios relacionados à harmonização
		evolução da harmonização no Brasil
Castro Neto et. al. (2004)	motores, compressores e outros; infra estrutura e energia; alimentos e químico	análise comparativa de informações por segmento (IAS 14 E IAS 36)
Antunes, Antunes e Penteado (2007)		impacto da IFRS 1
Souza e Coutinho Filho (2007)	Metalurgia	dificuldade de migração entre as normas
		necessidade de novos sistemas
		processo de convergência
		aspectos culturais
		diferenças entre os padrões contábeis

QUADRO 2 – Resumo das pesquisas brasileiras

Fonte: Do autor

Autor(es) Ano	País (es)	Setor/Segmento Pesquisado	Variáveis
Weibenberger, Stahl e Vorstius (2004)	Alemanha	diversos (empresas listadas no Neuer Markt e DAX100)	motivos para a mudança de padrão contábil
			os objetivos foram alcançados?
			razões para a escolha do padrão americano ou internacional
Jones e Luther (2005)	Alemanha	empresas industriais	interações entre contabilidade e gestão
			impacto dessa interação na gestão
			mudança de padrão de gestão

continua

conclusão

Autor(es) Ano	País (es)	Setor/Segmento Pesquisado	Variáveis
Moya e Oliveras (2006)	Alemanha	diversos (empresas que optaram voluntariamente pelas IFRS antes de 2005)	impacto patrimonial e de resultado quando da adoção inicial das IFRS
Ernstberger e Vogler (2008)	Alemanha	diversos (empresas listadas no Neuer Markt que optaram voluntariamente pelas IFRS)	custo do capital próprio
Cordazzo (2008)	Itália	diversos (empresas listadas na bolsa de valores italiana)	impacto das reconciliações do lucro líquido e do capital próprio no desempenho das empresas
Veneziani e Teodori (2008)	Itália	diversos (empresas de uma área limitada do norte da Itália, não listadas)	relação custo/benefício da implantação das IFRS
			impacto no capital próprio
			impacto na contabilidade
Jermakowicz (2004)	Bélgica	diversos (empresas que compunham o índice BEL-20)	impactos da convergência nos demonstrativos financeiros, nas informações financeiras institucionais e infra-estrutura
Sucher e Jindrichovska (2004)	República Tcheca	Diversos	planejamento para a implantação das IFRS
			opinião pessoal sobre a importância das IFRS
			nível de conhecimento das IFRS
			impacto das IFRS nas organizações
			acesso às normas
			treinamento e desenvolvimento pessoal
			nível de conhecimento da norma <i>Fair-Value</i>
Agca e Aktas (2007)	Turquia	diversos (empresas listadas na bolsa de Istambul)	extensão das diferenças entre os riscos financeiros
Gray et. al. (2008)	Austrália	diversos (empresas listadas na bolsa de valores da Austrália)	dificuldades de implantação das mudanças de padrão contábil
			custos envolvidos
Stenka, Ormrod e Chan (2008)	Reino Unido	diversos (empresas listadas na bolsa de valores de Londres)	impacto da adoção das IFRS no lucro líquido e capital próprio

QUADRO 3 – Resumo das pesquisas internacionais: experiência de empresas ou setores econômicos

Fonte: Do autor

Autor(es) Ano	País (es)	Setor/Segmento Pesquisado	Variáveis
Delvaille, Ebbers e Saccon (2005)	França	(pesquisa normativa)	evolução das abordagens rumo à integração do processo de reforma
	Alemanha		adaptação das normas relativas às mudanças institucionais e regulamentares
	Itália		
Ball (2006)	Reino Unido		palestra proferida pelo autor sobre o tema pós e contras das normas internacionais para os investidores
Autor(es) Ano	País (es)	Setor/Segmento Pesquisado	Variáveis
Hoogendoorn (2006)	Holanda		(relato da percepção de um auditor independente sobre os impactos da adoção das IFRS nas empresas holandesas)
PriceWaterHouseCoopers (2006)	Alemanha	(foram pesquisados gestores de fundos de investimento)	nível de confiança quanto a habilidades dos gestores em implementar as normas com eficácia
	Bélgica		
	Itália		
	Holanda		
	Noruega		
	Portugal		
	Reino Unido		
Demir, Kaya e Levent (2008)	Turquia	(foram pesquisados profissionais auditores)	percepção quanto ao julgamento profissional no tocante à adoção das IFRS

QUADRO 4 – Resumo das pesquisas internacionais: percepção de outros profissionais

Fonte: Do autor

Os trabalhos destacados neste capítulo comprovam que, mesmo em âmbito mundial, as pesquisas alusivas às perspectivas/experiências da adoção das normas internacionais ainda são limitadas, dado o curto período de tempo que as normas têm sido amplamente utilizadas. Ainda, não foram encontradas pesquisas específicas ao setor de saneamento, setor este que merece mais atenção em virtude do enfoque que tem merecido, nacional e internacionalmente, em decorrência do problema mundial de escassez de água potável e sua necessidade de grandes volumes de investimentos para tratamento dos esgotos. Esses estudos permitem ainda destacar algumas variáveis importantes que serão úteis para a composição do instrumento de pesquisa.

2.3 Hipóteses

Considerando que as empresas do setor de saneamento podem ser classificadas em companhias de capital aberto e de capital fechado, ou ainda, companhias com e sem experiência em relatórios estrangeiros, as hipóteses levantadas neste trabalho são:

H₁: Os profissionais que trabalham em companhias de capital fechado têm percepções sobre os impactos no balanço e no resultado das companhias de saneamento decorrentes da adoção das IFRS diferentes daqueles que atuam em companhias de capital aberto.

H₂: Os profissionais que trabalham em companhias de capital fechado têm percepções sobre as dificuldades das companhias de saneamento decorrentes da adoção das IFRS diferentes daqueles que atuam em companhias de capital aberto.

H₃: Os profissionais que trabalham em companhias com experiência anterior em relatórios contábeis em padrões estrangeiros têm percepções sobre os impactos no balanço e no resultado das companhias de saneamento decorrentes da adoção das IFRS diferentes daqueles que atuam em companhias sem experiência.

H₄: Os profissionais que trabalham em companhias com experiência anterior em relatórios contábeis em padrões estrangeiros têm percepções sobre as dificuldades das companhias de saneamento decorrentes da adoção das IFRS diferentes daqueles que atuam em companhias sem experiência.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo aborda questões alusivas à natureza e ao tipo de pesquisa empírica realizada, à definição da população e a critérios de escolha amostral, bem como definição das variáveis, definição e construção do instrumento de pesquisa, pré-teste, procedimento de coleta de dados e tratamento dos dados.

3.1 Natureza e tipo de pesquisa

Este trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa de campo, através da aplicação de questionários (*surveys*) a uma amostra populacional do setor de saneamento.

Hair Júnior *et al.* (2005b, p. 157) enfatiza que

survey é um procedimento para coleta de dados primários a partir de indivíduos. Os dados podem variar entre crenças, opiniões, atitudes e estilos de vida até informações gerais sobre a experiência do indivíduo. [...] os métodos de coleta de dados de *survey* recaem em duas categorias amplas: administração de questionários para que o próprio respondente responda e entrevista.

Conforme destaca Babbie (1999, p. 96), “*surveys* são freqüentemente realizados para permitir enunciados descritivos sobre alguma população, isto é, descobrir a distribuição de certos traços e atributos”. E complementa: “o *survey* amostral é um veículo para descobrir estas distribuições”. Desta forma, a natureza da pesquisa proposta caracteriza-se como descritiva.

Foi realizada também uma pesquisa bibliográfica objetivando conhecer os estudos atuais acerca do tema a ser estudado. A pesquisa bibliográfica contribuiu para definir o tipo de pesquisa, bem como subsidiar na definição de variáveis consideradas na pesquisa empírica.

3.2 População e amostra

Segundo dados do Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos de 2006 (BRASIL; MINISTÉRIO DAS CIDADES; SECRETARIA NACIONAL DE

SANEAMENTO AMBIENTAL, 2007), trabalho elaborado pelo Ministério das Cidades, através do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), as empresas que prestam serviços de saneamento no país são classificadas em sete categorias, segundo sua natureza jurídico-administrativa, quais sejam:

- Administração Pública Direta Centralizada: secretarias, departamentos ou outros órgãos da administração pública direta centralizada;
- Autarquia: entidade com personalidade jurídica de direito público, criada por Lei específica, com patrimônio próprio, atribuições públicas específicas e autonomia administrativa, sob controle estadual ou municipal;
- Empresa Pública: entidade paraestatal, criada por lei, com personalidade jurídica de direito privado, com capital exclusivamente público, de uma só ou de várias entidades, mas sempre capital público;
- Sociedade de Economia Mista com Gestão Pública: entidade paraestatal, criada por lei, com capital público e privado, maioria pública nas ações com direito a voto, gestão exclusivamente pública, com todos os dirigentes indicados pelo poder público;
- Sociedade de Economia Mista com Gestão Privada: entidade paraestatal, criada por lei, com capital público e privado, com participação dos sócios privados na gestão dos negócios da empresa – um ou mais dirigentes escolhidos e designados por sócios privados;
- Empresa Privada: empresa com capital predominantemente ou integralmente privado, administrada exclusivamente por particulares; e
- Organização Social: entidade da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos, à qual tenha sido delegada a administração dos serviços (associações de moradores, por exemplo). Embora reconhecida como uma categoria, não há nenhum prestador de serviços no SNIS com esta configuração.

Para a composição deste diagnóstico, 670 prestadoras de serviços do setor foram convidadas a encaminhar as informações, mas somente 592 empresas

participaram o que representa 4.516 municípios, ou 81,2% do total dos municípios brasileiros.

A tabela 1 apresenta a distribuição das prestadoras de serviços do setor de saneamento, por natureza jurídico-administrativa.

TABELA 1 – Distribuição das prestadoras de serviços que participaram do diagnóstico dos serviços de água e esgotos de 2006 por natureza jurídico-administrativa

Natureza Jurídico-administrativa	Abrangência			Total
	Regional	Microregional	Local	
1 - Administração Pública Direta Centralizada	-	-	189	189
2 - Autarquia	1	4	310	315
3 - Empresa Pública	-	-	10	10
4 - Sociedade de Economia Mista com Gestão Pública	23	-	11	34
5 - Sociedade de Economia Mista com Gestão Privada	1	-	-	1
6 - Empresa Privada	1	3	39	43
Total	26	7	559	592
População Atendida	112.116.467	615.719	35.200.591	147.932.777
Quantidade de Municípios	3.936	21	559	4.516

Fonte: adaptado de Brasil, Ministério das Cidades e Secretaria de Saneamento Ambiental (2007)

Das 592 empresas que participaram do diagnóstico, 189 são departamentos públicos, enquadrados na categoria jurídico-administrativa 1 – administração pública e 315 são autarquias, enquadradas na categoria jurídico-administrativa 2. Essas duas categorias são regidas pela lei nº4.320/64, de natureza jurídica de direito público. As demais categorias (3, 4, 5 e 6) são de personalidade jurídica de direito privado, podendo estar enquadradas nas novas determinações da Lei nº11.638/2007. Essas categorias englobam um universo de 88 empresas.

As empresas das categorias 4 e 5 (total de 35) são sociedades de economia mista, sujeitas às disposições da Lei nº6.404/76, conforme determina seu art. 235 (BRASIL, 1976). Entretanto, as alterações destacadas no art. 1º da Lei nº11.638/2007 (BRASIL, 2007), que altera o §6º do art. 177 da Lei nº6.404/76, faculta as companhias fechadas de “observar as normas sobre demonstrações

financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas”.

TABELA 2 – Relação das prestadoras de serviços do setor de saneamento passíveis de incidência das novas regras da Lei nº11.638/2007

nº Ordem	NOME DA EMPRESA	Ativo total	Receita operacional	Quantidade de Municípios Atendidos	População Atendida (Água)
		1.000 R\$	1.000 R\$		
1	Águas de Joinville Companhia de Saneamento Básico	248.968	71.782	1	479.156
2	DAE S/A Água e Esgoto	255.868	73.252	1	323.622
3	Águas de Guariroba S/A	286.824	112.639	1	756.360
4	Águas de Niterói S/A	294.343	153.185	1	476.669
5	Companhia de Saneamento do Estado de Alagoas	335.242	131.935	77	1.781.808
6	Companhia de Saneamento do Estado do Mato Grosso	355.564	461	1	7.265
7	Águas do Amazonas S/A	500.748	148.188	1	1.677.634
8	Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A	511.396	349.165	1	1.041.740
9	Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte	554.593	245.630	148	2.075.294
10	Águas e Esgotos do Piauí S/A	712.967	146.403	147	1.806.157
11	Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba	791.343	274.674	175	2.470.690
12	Companhia de Saneamento de Sergipe	899.549	189.866	72	1.333.697
13	Companhia Espírito-Santense de Saneamento	1.018.680	319.026	52	2.045.407
14	Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão	1.151.863	ND	140	2.755.137
15	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento	1.317.447	391.203	209	2.499.375
16	Companhia Pernambicana de Saneamento	1.318.219	549.252	169	6.324.342
17	Companhia de Água e Esgoto do Ceará	1.436.196	430.496	149	5.082.772
18	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal	1.468.452	694.012	1	2.279.599
19	Companhia Rio-Grandense de Saneamento	1.625.229	1.013.185	317	6.046.525
20	Saneamento de Goiás S/A	2.590.685	617.427	223	4.762.226
21	Companhia de Saneamento do Paraná	4.156.882	1.244.256	345	7.956.727
22	Companhia de Saneamento de Minas Gerais	4.924.649	1.865.037	584	11.218.143
23	Companhia Estadual de Águas e Esgotos (*)	5.031.625	2.432.639	65	12.198.990
24	Empresa Baiana de Águas e Saneamento	5.218.905	837.112	355	8.257.654
25	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	17.999.953	5.984.012	367	23.505.763
Total		55.006.190	18.274.837	3.602 79,76%	109.162.752 73,79%

Nota: (*) Os dados de Ativo Total e Receita Operacional da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE/RJ) referem-se ao exercício de 2005

Fonte: CEDAE (2006) e adaptado de Brasil, Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (2007)

As demais empresas (compostas pelas categorias 3 e 6, totalizando 53 empresas) não necessariamente são companhias constituídas na forma de sociedades anônimas. Desta forma, podem estar enquadradas nas novas determinações trazidas pela Lei nº11.638/2007, em seu artigo 3º, ou seja, a

obrigatoriedade de manter escrituração e de elaborar demonstrações financeiras com observância às disposições da Lei societária, para as sociedades de grande porte, assim consideradas aquelas que, individualmente ou sob controle comum, possuam ativo total superior a R\$240 milhões ou receita bruta superior a R\$300 milhões.

A partir do montante de oitenta e oito (88) prestadoras de serviços enquadradas nas quatro categorias supracitadas, foi feita uma pesquisa com o propósito de selecionar as empresas que se enquadrariam nos critérios estabelecidos pela Lei nº11.638/2007, chegando-se a um número de vinte e cinco (25) prestadoras de serviços. A tabela 2 relaciona essas vinte e cinco (25) companhias.

Empresa	Sigla/UF	Natureza Jurídico-administrativa	Abrangência	Negocia Ações em Bolsa?	Emitte ADRs ?
Companhia de Água e Esgoto do Ceará	CAGECE/CE	4	Estadual		
Companhia de Água e Esgotos da Paraíba	CAGEPA/PB	4	Estadual		
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento	CASAN/SC	4	Estadual	Sim	
Companhia Estadual de Águas e Esgotos	CEDAE/RJ	4	Estadual		
Companhia de Saneamento de Minas Gerais	COPASA/MG	4	Estadual	Sim	Sim
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SABESP/SP	4	Estadual	Sim	Sim
Saneamento de Goiás S/A	SANEAGO/GO	4	Estadual		
Companhia de Saneamento do Paraná	SANEPAR/PR	5	Estadual	Sim	
Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A	SANASA/Campinas	4	Municipal		

QUADRO 5 – Empresas de capital aberto do setor de saneamento

Fonte: Adaptado de Brasil, Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (2007), CVM (2008j) e Bovespa (2008)

A tabela 2 traz ainda informações acerca da relevância dessas vinte e cinco (25) prestadoras de serviços que, juntas, representam 79,76% do total dos municípios pesquisados e 73,79% da população.

TABELA 3 – Relação das prestadoras de serviços do setor de saneamento classificadas pela revista Valor 1000

nº Ordem	NOME DA EMPRESA	Ativo total	Receita Líquida	Posição	Representação da População (por Ativo Total)	Representação da População (por Receita Líquida)
		1.000 R\$	milhões R\$			
1	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)	17.999.953	5.527,3	40º	32,72%	30,29%
2	Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE)	5.031.625	2.208,9	110º	9,15%	12,11%
3	Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA)	4.924.649	1.681,9	136º	8,95%	9,22%
4	Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR)	4.156.882	1.153,8	208º	7,56%	6,32%
5	Companhia Rio-Grandense de Saneamento (CORSAN)	1.625.229	918,7	256º	2,95%	5,03%
6	Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA)	5.218.905	760,3	307º	9,49%	4,17%
7	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB)	1.468.452	630,5	363º	2,67%	3,46%
8	Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO)	2.590.685	577,6	394º	4,71%	3,17%
9	Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA)	1.318.219	520,1	437º	2,40%	2,85%
10	Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE)	1.436.196	390,7	556º	2,61%	2,14%
11	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	1.317.447	355,1	599º	2,40%	1,95%
12	Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN)	1.018.680	301,2	679º	1,85%	1,65%
13	Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA)	511.396	290,1	708º	0,93%	1,59%
14	Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (CAGEPA)	791.343	238,3	845º	1,44%	1,31%
15	Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN)	554.593	232,2	864º	1,01%	1,27%
Total (AMOSTRA)		49.964.254	15.786,7		90,83%	86,51%
Total (POPULAÇÃO)		55.006.190	18.247,8			

Fonte: Valor Econômico (2007)

Destaca-se no quadro 5 que, das vinte e cinco (25) prestadoras de serviços, 16 são sociedades de economia mista de capital fechado e apenas nove (9) são empresas de capital aberto. Destas, oito (8) são Companhias Estaduais e uma (1) Companhia Municipal. Das Companhias Estaduais, sete (7) são Sociedades de Economia Mista com Gestão Pública e uma (1) Sociedade de Economia Mista com Gestão Privada. A Companhia Municipal também é uma Sociedade de Economia Mista com Gestão Pública.

Das nove (9) prestadoras de serviços destacadas No quadro 5, quatro (4) apenas são empresas de capital aberto com ações negociadas em bolsa e, destas

quatro (4), apenas duas (2) emitem *American Depositary Receipts* (ADRs). Vale salientar que a Bovespa também abrange a empresa Sanesalto Saneamento S/A em sua classificação setorial. Esta empresa não foi considerada por se tratar de uma Parceria Público-Privada (PPP) para tratamento de esgoto.

Para a escolha da amostra foram consideradas as empresas listadas no *ranking* publicado em agosto de 2007 pelo Valor Econômico (2007), publicação esta denominada valor 1000. Os dados utilizados para a classificação são alusivos ao exercício de 2006. A tabela 3 destaca quais são essas empresas e posição, classificadas pela receita líquida. A referida publicação classifica quinze (15) empresas do setor, número que representa 60% das vinte e cinco que compõem a população. A amostra representa 90,8% do total do ativo e 86,5% da receita líquida das 25 empresas que compõem a população.

3.3 Variáveis

Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho, ou seja, analisar a percepção dos profissionais responsáveis pelas informações financeiras, sobre o impacto/dificuldades das IFRS nas companhias de saneamento, foram selecionadas algumas variáveis dispostas no quadro 6 – variáveis de pesquisa.

Grupos	Variáveis	Fonte/Questão	Escala
1 - Dados gerais da empresa/departamento contábil	Natureza jurídico-administrativa	SNIS (2006)	
	Tipo de empresa	Lei nº11.638/2007 CVM (2008) Bovespa (2008)	
	Experiência da empresa em padrões estrangeiros	01 - A empresa onde você trabalha elabora relatórios financeiros em padrões estrangeiros?	nominal
	Experiência da empresa em IFRS	02 - A empresa onde você trabalha já elabora relatórios financeiros nos padrões das normas IFRS?	nominal
		03 - A adoção das IFRS na empresa foi voluntária?	nominal
		04 - Qual o estágio atual de adoção das IFRS na empresa onde você trabalha?	intervalar
	Treinamento	05 - A empresa já forneceu (ou fornecerá) treinamento específico em IFRS à equipe contábil?	nominal
Tamanho da equipe	06 - Qual o tamanho da equipe contábil onde você trabalha?	intervalar	
2 - Perfil do respondente	Gênero	07 - Gênero	nominal
	Escolaridade/formação	08 - Escolaridade/formação	intervalar
	Tempo de experiência na profissão	09 - Qual o seu tempo de experiência na profissão?	intervalar
	Tempo de experiência na área contábil da empresa	10 - Há quanto tempo trabalha na área contábil da empresa?	intervalar
	Conhecimento das normas IFRS	11 - Qual o seu grau de conhecimento das normas IFRS?	intervalar

continua

			conclusão
Grupos	Variáveis	Fonte/Questão	Escala
3 - Dificuldades na adoção das IFRS	Falta de conhecimento das IFRS pela equipe	12 - Percebo como prováveis dificuldades na adoção das IFRS na empresa: 12.01 - Falta de conhecimento das IFRS pela equipe	Likert
	Dificuldades com o idioma inglês	12 - Percebo como prováveis dificuldades na adoção das IFRS na empresa: 12.02 - Dificuldades com o idioma inglês	Likert
	Valores culturais	12 - Percebo como prováveis dificuldades na adoção das IFRS na empresa: 12.03 - Valores culturais	Likert
	Falta de profissionais qualificados no mercado	12 - Percebo como prováveis dificuldades na adoção das IFRS na empresa: 12.04 - Falta de profissionais qualificados no mercado	Likert
	Suporte ao sistema de informação	12 - Percebo como prováveis dificuldades na adoção das IFRS na empresa: 12.05 - Suporte ao sistema de informação	Likert
	Aumento de trabalho operacional	12 - Percebo como prováveis dificuldades na adoção das IFRS na empresa: 12.06 - Aumento de trabalho operacional	Likert
	Aumento dos custos operacionais	12 - Percebo como prováveis dificuldades na adoção das IFRS na empresa: 12.07 - Aumento dos custos operacionais	Likert
	Influência da legislação fiscal	12 - Percebo como prováveis dificuldades na adoção das IFRS na empresa: 12.08 - Influência da legislação fiscal brasileira	Likert
		13 - Além das prováveis dificuldades elencadas na questão anterior, existem outras variáveis que você julga relevantes? Sem sim, favor elencá-las.	Questão aberta
4 - Impacto no Balanço e Resultado da empresa	<i>Impairment</i> - valor recuperável	14 - Percebo como prováveis impactos contábeis na adoção das IFRS na empresa: 14.01 - <i>Impairment</i> (valor recuperável)	Likert
	<i>Fair Value</i> - valor justo	14 - Percebo como prováveis impactos contábeis na adoção das IFRS na empresa: 14.02 - <i>Fair Value</i> (valor justo)	Likert
	Reavaliação de Ativos	14 - Percebo como prováveis impactos contábeis na adoção das IFRS na empresa: 14.03 - Reavaliação de Ativos	Likert
	Ativo Intangível	14 - Percebo como prováveis impactos contábeis na adoção das IFRS na empresa: 14.04 - Ativo Intangível	Likert
	Resultado Líquido	14 - Percebo como prováveis impactos contábeis na adoção das IFRS na empresa: 14.05 - Resultado Líquido	Likert
	Instrumentos financeiros	14 - Percebo como prováveis impactos contábeis na adoção das IFRS na empresa: 14.06 - Instrumentos financeiros (derivativos, <i>leasing</i> , ajustes a valor presente, etc.)	Likert
	Ativos regulatórios	14 - Percebo como prováveis impactos contábeis na adoção das IFRS na empresa: 14.07 - Ativos regulatórios	Likert
		15 - Além das variáveis destacadas na questão anterior, quais outras variações que você julga relevantes e que trarão impacto contábil na empresa?	Questão aberta
5 - Relevância da adoção das IFRS para o setor de saneamento	16 - Na sua opinião, qual a relevância da adoção das IFRS para as companhias de saneamento brasileiras?	Questão aberta	

QUADRO 6 – Variáveis de pesquisa

Fonte: Do autor

Além das variáveis, o quadro 6 destaca também os grupos às quais foram organizadas, as respectivas questões de pesquisa que compõem o instrumento, bem como a escala utilizada em cada questão.

As variáveis do grupo 1 – dados gerais da empresa/departamento contábil, têm por objetivo fornecer o perfil da empresa pesquisada, bem como o perfil do departamento contábil dessa empresa.

As variáveis que compõem o grupo 2 têm por objetivo fornecer o perfil do profissional pesquisado.

O grupo 3 é composto por variáveis que têm por objetivo conhecer qual a percepção do respondente quanto às dificuldades na adoção das IFRS, no tocante à falta de conhecimento das IFRS pela equipe, dificuldades com o idioma inglês, valores culturais, falta de profissionais qualificados no mercado, suporte ao sistema de informação, aumento de trabalho operacional, aumento dos custos operacionais e influência da legislação fiscal. O grupo comporta ainda uma questão aberta, que tem por objetivo possibilitar ao respondente destacar outras variáveis que podem se tornar dificuldades de adoção, não consideradas anteriormente.

O grupo 4 é formado por variáveis que têm por objetivo conhecer qual a percepção do respondente quanto ao impacto no balanço e resultado, no tocante ao valor recuperável (*impairment*), valor justo (*fair-value*), reavaliação de ativos, ativo intangível, resultado líquido, instrumentos financeiros e ativos regulatórios. Este grupo também comporta uma questão aberta, objetivando possibilitar ao respondente elencar outras variáveis não consideradas anteriormente.

O grupo 5 é composto por uma questão aberta, objetivando conhecer qual a opinião do respondente sobre a relevância da adoção das IFRS para o setor de saneamento.

3.4 Instrumento de pesquisa

3.4.1 Construção

O instrumento de pesquisa foi construído a partir da definição de variáveis que englobassem as assertivas trazidas pelas pesquisas feitas pelos autores destacados no capítulo 2 e que tivessem relação com o objeto e objetivo deste

estudo. A partir da definição dessas variáveis, foram definidos cinco grupos gerais, objetivando agrupá-las pela natureza de cada uma delas.

A partir da definição dos grupos e do agrupamento das variáveis, foram desenvolvidas questões que pudessem resultar na resposta pertinente a cada uma delas.

Para a construção das escalas do questionário, foram consultados os autores Babbie (1999) e Hill e Hill (2005). Destaca Hill e Hill (2005, p. 105) que “os dois tipos de escala freqüentemente utilizados em questionários são: escalas nominais e escalas ordinárias”. Contudo, conforme destaca o quadro 6, algumas questões utilizaram de escalas intervalares que, juntamente com as questões de escala nominais, permitiram algumas distribuições de freqüência bastante úteis na análise de resultados.

Desta forma, o questionário (vide apêndice A) foi composto por questões de escala nominal, escala de intervalo e escala do tipo ordinal. Para as questões de escala ordinal utilizou-se o método *Likert*.

Segundo Babbie (1999, p.233), “o método *Likert* baseia-se na suposição de que o escore geral, que resulta das respostas aos vários itens que aparentemente refletem a variável estudada, fornece uma medida razoavelmente boa da variável”.

Além das escalas supracitadas, o questionário traz ainda algumas questões abertas, que buscam dar opção ao respondente de emitir sua própria opinião sobre aspectos não abrangidos pelas questões fechadas.

3.4.2 Pré-teste

Hill e Hill (2005) recomendam um estudo preliminar [ou estudo-piloto, como denomina Babbie (1999)] para auxiliar a elaboração de um questionário. Na concepção dos autores, “um estudo preliminar é um estudo de pequena escala feito para fornecer informação relevante para a investigação principal” (HILL; HILL, 2005, p. 69). Complementam os autores que o objetivo do estudo preliminar é “selecionar as melhores perguntas para serem incluídas na versão final do questionário” (HILL; HILL, 2005, p. 73).

Para Babbie (1999, p. 310), “o estudo-piloto deve fazer uma amostra representativa da população-alvo. Portanto, a amostra do estudo-piloto deve ser selecionada exatamente da mesma maneira programada para a *survey* final”.

Já os pré-testes, são os testes iniciais de um ou mais aspectos da pesquisa. “Geralmente, isso significa a administração do esboço do questionário a um grupo de sujeitos”, conforme afirma Babbie (1999, p. 303). Para Babbie (1999, p. 305), “a seleção de sujeitos para os pré-testes dos instrumentos pode ser feita de modo flexível e variado”, diferentemente, portanto, dos estudos-piloto.

Para a realização do pré-teste, a primeira versão do questionário foi encaminhada a cinco profissionais, sendo três deles atuantes em empresa multinacional e dois professores.

Retornadas as críticas sobre a primeira versão, os profissionais de mercado responderam que o questionário estava adequado e de fácil compreensão. Já os dois professores destacaram pontos relevantes, recomendando readequar o texto das questões (deixá-lo menos técnico) e suprimir as questões repetitivas.

O questionário apresentado no apêndice e utilizado para coleta dos dados já está adequado às recomendações feitas no pré-teste.

3.4.3 Procedimento de coleta de dados

A coleta de dados é a fase da pesquisa que objetiva obter informações empíricas acerca de um problema pesquisado. Hair Júnior et. al. (2005b, p. 152 - 153) afirmam que a coleta de dados de pesquisas de natureza descritiva, normalmente feitas através de métodos de *survey*, pode ser feita em meio eletrônico (disquete, e-mail ou internet). Desta forma, optou-se por coletar os dados desta pesquisa através de encaminhamento do questionário aos profissionais responsáveis pelas informações contábeis das empresas que compõem a amostra, após contato anterior por meio de telefonema. As respostas dos questionários também foram encaminhadas por e-mail ao pesquisador, para tratamento e análise dos dados.

Inicialmente, para conhecer quem era o responsável pelas informações contábeis, foi feito um telefonema ao departamento contábil. Esse procedimento foi

feito por meio da identificação do pesquisador e esclarecido o objetivo do telefonema. Posteriormente, ainda por meio de telefonema, um contato inicial foi estabelecido com o futuro participante da pesquisa, sendo identificado o pesquisador e declarado o objetivo do contato. Após, foi feito o convite para o profissional participar da pesquisa. Obtendo o aceite do profissional em participar, seu e-mail foi anotado para o encaminhamento do questionário. Desta forma, foram encaminhados 15 questionários.

Dos questionários encaminhados, apenas 6 retornaram dentro do prazo inicialmente estabelecido. Novo encaminhamento do questionário por e-mail foi feito àqueles profissionais que haviam aceitado o convite em participar, sendo estabelecido novo prazo para entrega das respostas. Dos 9 sujeitos que receberam pela segunda vez o questionário, apenas 3 retornaram com a resposta. Finalmente, uma terceira tentativa de aumentar a participação dos sujeitos foi feita, mediante novo contato telefônico. Nesta etapa, somente 1 sujeito aceitou responder o questionário que já estava em mãos.

Assim, das 15 empresas selecionadas na amostra, 10 responderam a pesquisa. Os participantes foram denominados sujeitos e distribuídos conforme demonstra o quadro 7.

Sujeitos	Empresa	Observações
S1	CAESB	Cia de Capital Fechado
S2	A	Cia de Capital Aberto
S3	CAGEPA	Cia de Capital Aberto
S4	CASAN	Cia de Capital Aberto
S5	B	Cia de Capital Fechado
S6	SABESP	Cia de Capital Aberto
S7	SANASA	Cia de Capital Aberto
S8	SANEAGO	Cia de Capital Aberto
S9	SANEPAR	Cia de Capital Aberto
S10	COPASA	Cia de Capital Aberto

QUADRO 7 – Distribuição dos sujeitos

Fonte: Do autor

Ressalta-se que dois dos respondentes não autorizaram a divulgação do nome da empresa. Para esses sujeitos, o nome das empresas foi denominado de empresa A e empresa B.

3.5 Tratamento e análise dos dados

Retornados os questionários com as alusivas respostas, as informações foram consolidadas numa planilha em Excel. A planilha Excel permitiu a posterior utilização dos dados para efetuar os testes estatísticos específicos, através da utilização do aplicativo *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), no qual a análise de dados pode ser univariada, bivariada ou multivariada, conforme o número de variáveis tratadas simultaneamente, segundo Pestana e Gageiro (2000, p. 42).

Foram utilizados os seguintes métodos estatísticos para tratamento dos dados:

- Através da técnicas de análise de distribuição de freqüência, busca-se identificar características básicas da amostra e padrões de respostas;
- Através da técnica de escalonamento multidimensional, busca-se separar os sujeitos em grupos com opiniões diferentes;
- Através da técnica de análise de *cluster*, busca-se avaliar a consistência dos resultados obtidos pelo escalonamento multidimensional;
- Através dos métodos de aglomeração hierárquicos (método *Ward*, método do centróide, *average linkage between groups*, *average linkage within groups*, *complete linkage furthest neighbor*, *single linkage nearest neighbor* e *median method*), busca-se explorar os dados e verificar qual o número de *clusters* que deveriam ser retidos;
- Através do testes não paramétricos de *Mann-Whitney* e *Kruskal-Wallis*, busca-se identificar as variáveis discriminadoras, e;
- Através do teste de correlação V de *Cramer*, busca-se analisar o perfil dos *clusters* com as questões categóricas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, a apresentação dos resultados foi dividida em quatro etapas. Inicialmente foi feita uma análise descritiva de forma a caracterizar a amostra pesquisada. Em seguida, foi realizado um escalonamento multidimensional com as assertivas da questão 14 (assertivas sobre impactos prováveis no balanço e no resultado), de forma a separar os sujeitos em grupos com opiniões distintas. Realizou-se ainda uma análise de *cluster* com estas variáveis para que se pudesse avaliar a consistência dos resultados obtidos pelo escalonamento multidimensional. Na terceira etapa, foi feito novamente um escalonamento multidimensional com as assertivas da questão 12 (assertivas sobre prováveis dificuldades na adoção das IFRS) e uma análise de *cluster*, de forma a separar os sujeitos em grupos com opiniões distintas. Ao final, foram comparadas as respostas dos *clusters* obtidos em relação às questões categóricas, objetivando buscar explicações no perfil da empresa e do respondente sobre as diferenças encontradas entre os *clusters*.

4.1 Caracterização da amostra - análise descritiva

Das 15 empresas que compõem a amostra, 10 encaminharam suas contribuições. Das empresas participantes, 9 são sociedades de economia mista com gestão pública e 1 sociedade de economia mista com gestão privada, conforme classificação do SNIS. Quanto à natureza jurídica, 2 são sociedades anônimas de capital fechado e 8 sociedades anônimas de capital aberto. Das companhias de capital aberto, 4 negociam ações na Bovespa, sendo que apenas duas emitem ADR's. As demais companhias de capital aberto não negociam ações em bolsa.

Dois sujeitos afirmam que as empresas onde trabalham elaboram relatórios financeiros em padrões estrangeiros, corroborando as respostas com as informações da Bovespa.

Dois sujeitos afirmam que a empresa já elabora relatórios financeiros nos padrões das normas IFRS. Contudo, o estágio informado de adoção das IFRS dessas companhias é de 10% e 55% e não 100% como esperado. Para essas empresas a adoção das IFRS foi voluntária.

Para 60% dos sujeitos (6 empresas), ainda não houve a adoção das normas IFRS. Para os demais sujeitos (2 empresas), o estágio de adoção é de 25% e 30%.

Duas empresas iniciaram os ajustes em janeiro de 2008. Para essas empresas, os percentuais de adequação dos sistemas de informação, de readequação das rotinas operacionais da contabilidade e de divulgação das informações no padrão IFRS são de 30% e 80%, 30% e 100%, 40% e 50%, respectivamente.

Duas empresas iniciaram os ajustes em março de 2008. Para essas empresas, os percentuais de adequação dos sistemas de informação, de readequação das rotinas operacionais da contabilidade e de divulgação das informações no padrão IFRS são de 20% e 30%, 15% e 30%, 10% e 30%, respectivamente.

Uma empresa possui previsão de início de ajustes para dezembro de 2008 e uma para início em 2009. Para esta última empresa, a adoção será voluntária.

Nove sujeitos declararam que as empresas já forneceram (ou fornecerão) treinamento específico em IFRS à equipe contábil.

A distribuição do tamanho da equipe contábil é apresentada na tabela 4.

TABELA 4 – Distribuição por tamanho da equipe contábil

Funções	Freqüência
Entre 3 e 5 pessoas	1
De 6 a 10 pessoas	2
Mais de 10 pessoas	7

Fonte: Do autor

Pela tabela 4 constata-se que 7 empresas possuem mais de 10 pessoas na equipe contábil.

Quanto ao perfil dos respondentes, 9 são do gênero masculino e 1 do gênero feminino. Quanto à formação, 2 sujeitos declararam estarem cursando mestrado em ciências contábeis, 5 possuem especialização, 2 possuem curso superior e apenas 1 não possui curso superior.

A tabela 5 destaca as distribuições de frequência das questões alusivas ao tempo de profissão e atuação na área contábil da empresa.

Conforme destaca a tabela 5, oito sujeitos possuem mais de 10 anos de experiência na profissão e 7 trabalham há mais de 6 anos na área contábil da empresa.

TABELA 5 – Distribuição por tempo de experiência na profissão e tempo na área contábil

Tempo	Experiência na profissão	Trabalho na área contábil da empresa
Menos de 2 anos	0	1
Entre 2 e 5 anos	1	2
Entre 6 e 10 anos	1	2
Mais de 10 anos	8	5

Fonte: Do autor

Apesar da experiência dos sujeitos, apenas 3 declararam possuir bom conhecimento das normas IFRS, 5 declararam um conhecimento regular e 2 afirmam possuir um fraco conhecimento.

4.2 Impactos prováveis no balanço e no resultado para as companhias brasileiras de saneamento

4.2.1 Escalonamento multidimensional

O escalonamento multidimensional (EMD) é uma categoria de procedimentos para representar espacialmente, por meio de apresentação visual, as percepções dos entrevistados (MALHOTRA, 2006; HAIR JÚNIOR; *et al*, 2005a).

No instrumento foram utilizados dados de percepção numa abordagem derivada, ou seja, utilizou-se uma escala de *Likert* para avaliar a percepção dos profissionais responsáveis pelas demonstrações financeiras em relação aos impactos prováveis no balanço e no resultado, para as Companhias Brasileiras de Saneamento (questão 14).

Desta forma, pode-se dizer que a escala de *Likert* refere-se a dados de similaridades, isto é, quando o sujeito atribui a mesma nota a duas assertivas diferentes, pode-se dizer que para este sujeito, estas assertivas possuem importâncias similares.

O modelo utilizado no EMD foi não-métrico (ordinal) com distância euclidiana e o número de dimensões retidas foi 2. O mapa perceptual é apresentado na figura 1.

Na figura 1, os sujeitos foram numerados de S1 a S10. Percebe-se que os sujeitos S1 e S5 encontram-se muito à direita do gráfico, distantes dos demais sujeitos.

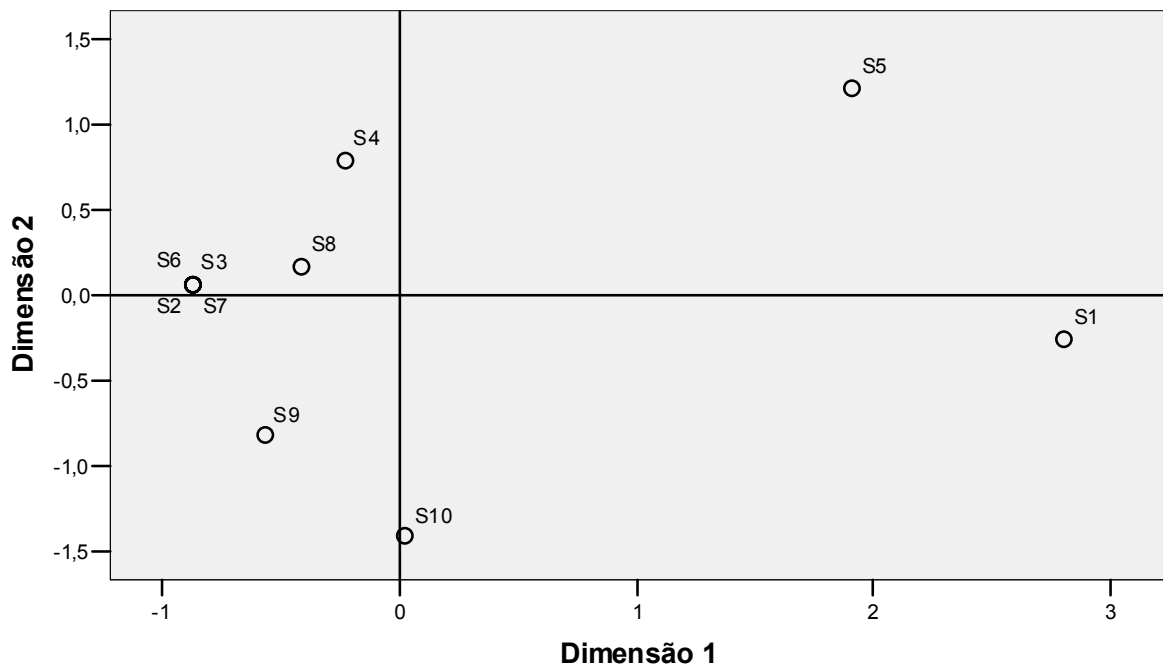


FIGURA 1 – MAPA PERCEPTUAL: Escalonamento Multidimensional (EMD) dos impactos prováveis no balanço e no resultado para as companhias brasileiras de saneamento

Fonte: Do autor

O ajuste da solução pode ser avaliado pela medida de estresse (falta de aderência), em que valores maiores indicam ajustes mais pobres. Segundo Malhotra (2006) valores abaixo de 0,05 são considerados bons. O índice de estresse para este modelo foi de 0,02355, ou seja, apenas 2,355% da variância dos dados escalonados otimamente não é ocasionada pelo modelo obtido pelo escalonamento multidimensional. Desta forma, pode-se dizer que o modelo possui um bom ajuste.

4.2.2 Análise de *cluster*

Para que se possa avaliar a consistência dos resultados obtidos pelo escalonamento multidimensional, ou seja, um distanciamento dos sujeitos S1 e S5 em relação aos demais sujeitos, será realizada uma análise de *cluster*. A análise de *cluster* é uma técnica multivariada utilizada para detectar grupos homogêneos nos dados (grupos homogêneos de sujeitos). Os objetos em cada *cluster* tendem a ser semelhantes entre si e diferentes de objetos de outros *clusters* (PESTANA; GAGEIRO, 2000; HAIR JÚNIOR; *et al*, 2005a).

O primeiro passo para realizar a análise de *cluster* é escolher uma medida

para avaliar quão semelhantes ou diferentes são os casos analisados, ou seja, escolher uma maneira de medir a distância entre pares de casos usando os valores observados nas variáveis. Desta forma, foi escolhida como medida de semelhança a distância euclidiana quadrática, por ser uma das mais utilizadas neste tipo de análise (MALHOTRA, 2006; PESTANA; GAGEIRO, 2000).

Em seguida, foram testados sete métodos de aglomeração hierárquicos (método *Ward*, método do centróide, *average linkage between groups*, *average linkage within groups*, *complete linkage furthest neighbor*, *single linkage nearest neighbor* e *median method*) de forma a explorar os dados e verificar qual o número de *clusters* que deveriam ser retidos, uma vez que não se possuía a priori um número determinado de *clusters*. O método que mostrou boa separação entre os *clusters* foi o método *Ward*. Assim, são apresentados a seguir os resultados da análise de *cluster* encontrados através deste método.

A figura 2 mostra o dendrograma de solução da análise de *cluster*, em que se pode visualizar 2 agrupamentos distintos.

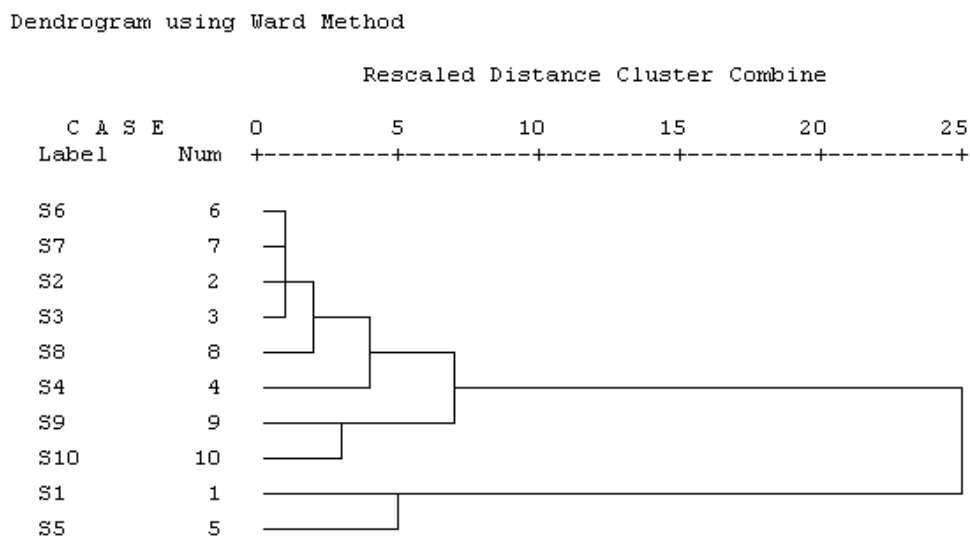


FIGURA 2 – Dendrograma dos impactos prováveis no balanço e no resultado para as companhias brasileiras de saneamento

Fonte: Do autor

Pela figura 2, percebe-se que os sujeitos podem ser agrupados em 2 *clusters* distintos. O primeiro é formado pelos sujeitos 1 e 5 e o segundo pelos demais sujeitos.

Pela figura 1, vê-se que os resultados da análise de *cluster* corroboram os

encontrados no escalonamento multidimensional. Desta forma, o mapa perceptual pode ser dividido em 2 regiões, conforme mostra a figura 3.

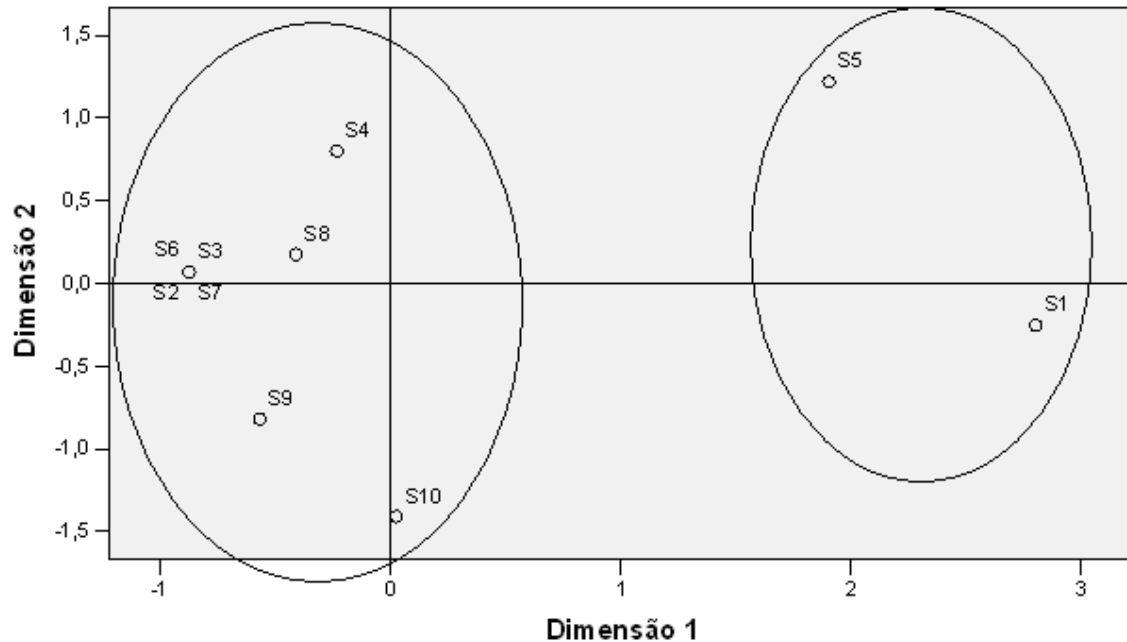


FIGURA 3 – MAPA PERCEPTUAL: divisão das regiões dos impactos prováveis no balanço e no resultado para as companhias brasileiras de saneamento

Fonte: Do autor

Pela figura 3, verifica-se que os resultados da análise de *cluster* são consistentes com a distribuição do mapa perceptual obtido pelo escalonamento multidimensional. Desta forma, tem-se 2 *clusters* distintos.

Para que se possa determinar em quais variáveis os *clusters* possuem opiniões diferentes, ou seja, identificar quais são as variáveis discriminadoras, foi utilizado o teste não paramétrico de *Mann-Whitney*. A tabela 6 demonstra os resultados deste teste para as assertivas da questão 14.

TABELA 6 – Teste de Mann-Whitney: impactos prováveis no balanço e no resultado para as companhias brasileiras de saneamento

Competências	Mann-Whitney U	Z	Significância
14.01 - <i>Impairment</i> (valor recuperável)	,000	-3,000	,003
14.02 - <i>Fair-value</i> (valor justo)	,000	-3,000	,003
14.03 - Reavaliação de Ativos	2,000	-1,779	,075
14.04 - Ativo Intangível	5,000	-,968	,333
14.05 - Resultado Líquido	1,000	-2,291	,022
14.06 - Instrumentos financeiros (derivativos, leasing, ajustes a valor presente, etc.)	,000	-2,582	,010
14.07 - Ativos regulatórios	6,000	-,655	,513

Fonte: Do autor

Pela tabela 6, observa-se que a significância do teste de *Mann-Whitney* apresentou valor inferior a 0,05 para as assertivas 14.01, 14.02, 14.05 e 14.06. Isto indica que os *clusters* possuem opiniões diferentes nestas assertivas.

Para analisar mais detalhadamente quais são as opiniões dos *clusters* em relação a estas questões foram agrupadas na tabela 7 as opções concordo totalmente e concordo parcialmente como concordo e as opções discordo totalmente e discordo parcialmente como discordo.

TABELA 7 – Frequência de respostas: impactos prováveis no balanço e no resultado para as companhias brasileiras de saneamento

Variáveis	Cluster 1			Cluster 2		
	D ²	I	C	D	I	C
14.01 - Impairment (valor recuperável)	0	2	0	0	0	8
14.02 - Fair-value (valor justo)	0	2	0	0	0	8
14.05 - Resultado Líquido	0	2	0	0	1	7
14.06 - Instrumentos financeiros (derivativos, leasing, ajustes a valor presente, etc.)	0	2	0	0	0	8

Fonte: Do autor

Analisando a tabela 8, percebe-se que os sujeitos do *cluster 1* tendem a considerar indiferentes os impactos contábeis no *impairment* (14.01), *fair-value* (14.02), resultado líquido (14.05) e nos instrumentos financeiros (14.06). Por outro lado, no *cluster 2*, observa-se que os sujeitos concordam que todos estes podem ter prováveis impactos na adoção das IFRS nas empresas.

Nas assertivas 14.03 (reavaliação de ativos), 14.04 (ativo intangível) e 14.07 (ativos regulatórios) percebe-se que os dois *clusters* tendem a concordar que podem ter prováveis impactos.

Desta forma, podem-se caracterizar cada um dos *clusters* da seguinte forma:

- *Cluster 1* – Capital Fechado: os sujeitos deste *cluster* tendem a concordar que a adoção das IFRS nas empresas poderá causar impactos apenas na reavaliação dos ativos, no ativo intangível e nos ativos regulatórios;
- *Cluster 2* – Capital Aberto: os sujeitos deste *cluster* tendem a concordar que a adoção das IFRS nas empresas poderá causar impactos no *impairment*, *fair-value*, reavaliação de ativos, resultado líquido, ativo intangível, ativos regulatórios e instrumentos financeiros.

² D = discordo totalmente e discordo parcialmente, I = indiferente (nem concordo nem discordo) e C = concordo totalmente e concordo parcialmente.

4.3 Dificuldades na adoção das IFRS

4.3.1 Escalonamento multidimensional

No instrumento foram utilizados dados de percepção numa abordagem derivada, ou seja, utilizou-se uma escala de *Likert* para avaliar a percepção dos profissionais responsáveis pelas demonstrações financeiras em relação às dificuldades na adoção das IFRS, para as Companhias Brasileiras de Saneamento (questão 12).

Desta forma, pode-se dizer que a escala de *Likert* refere-se a dados de similaridades, isto é, quando o sujeito atribui a mesma nota a duas assertivas diferentes, pode-se dizer que para este sujeito, estas assertivas possuem importâncias similares.

O modelo utilizado no EMD foi não-métrico (ordinal) com distância euclidiana e o número de dimensões retidas foi 2. O mapa perceptual é apresentado na figura 4.

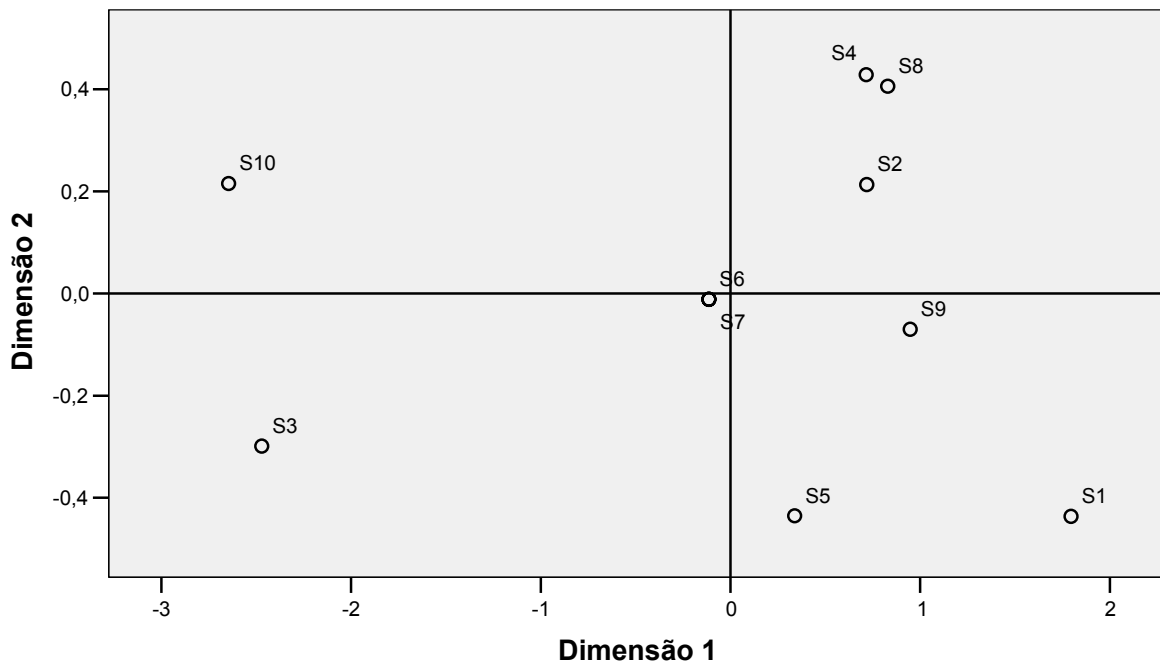


FIGURA 4 – MAPA PERCEPTUAL: Escalonamento Multidimensional (EMD) das dificuldades na adoção das IFRS

Fonte: Do autor

Na figura 4, os sujeitos S1, S5 e S9 encontram-se no quadrante inferior direito, os sujeitos S2, S4 e S8 estão no quadrante superior direito, enquanto os demais se encontram à esquerda do gráfico.

O índice de estresse para este modelo foi de 0,02057, ou seja, apenas 2,057% da variância dos dados escalonados otimamente não é ocasionada pelo modelo obtido pelo escalonamento multidimensional, indicando um bom ajuste.

4.3.2 Análise de *cluster*

Para que se possa avaliar a consistência dos resultados obtidos pelo escalonamento multidimensional, foi novamente realizada uma análise de *cluster*.

Foi escolhida como medida de semelhança a distância euclidiana quadrática e foram testados os sete métodos de aglomeração hierárquicos. O método que mostrou boa separação entre os *clusters* foi o método *Ward*, cujos resultados são mostrados pela figura 5.

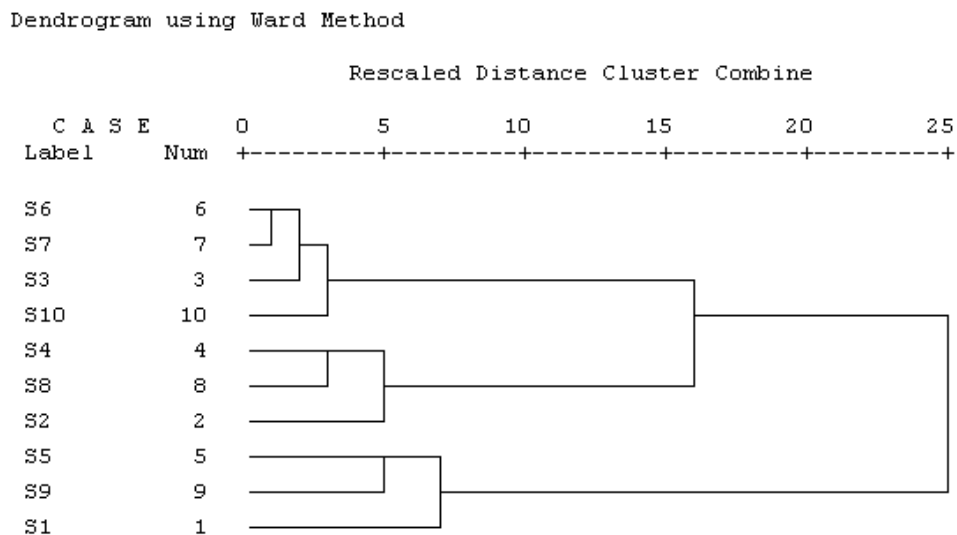


FIGURA 5 – Dendrograma das dificuldades na adoção das IFRS

Fonte: Do autor

Pela figura 5, verifica-se que os sujeitos podem ser agrupados em 3 *clusters* distintos. O primeiro é formado pelos sujeitos 1, 5 e 9, o segundo pelos sujeitos 2, 4 e 8 e o terceiro pelos sujeitos 3, 6, 7 e 10.

Pela figura 4, verifica-se que os resultados da análise de *cluster* corroboram os encontrados no escalonamento multidimensional. Desta forma, o mapa perceptual pode ser dividido em 3 regiões, conforme mostra a figura 6.

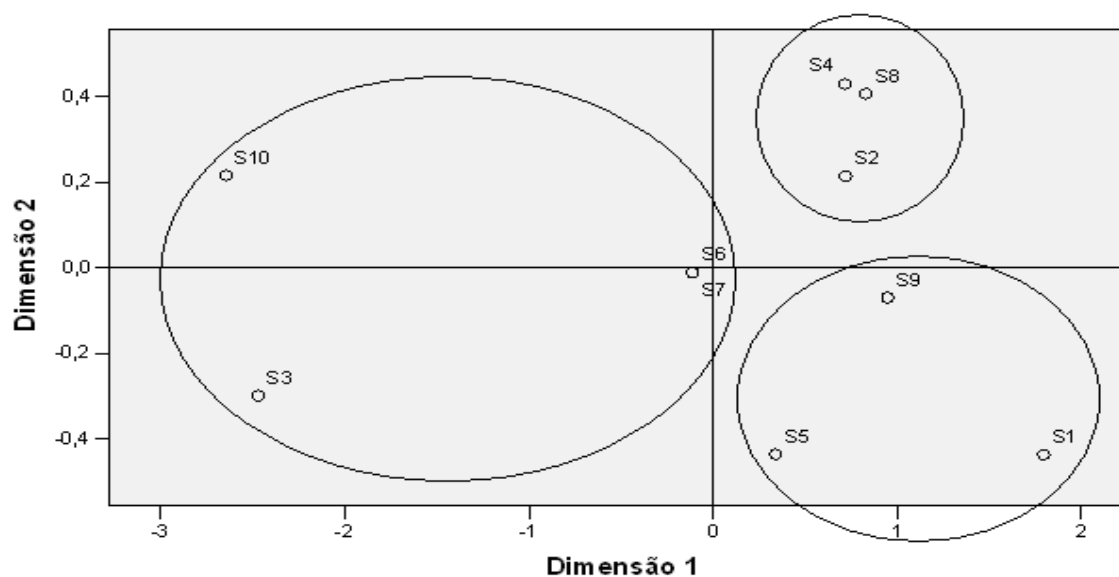


FIGURA 6 – MAPA PERCEPTUAL: divisão das regiões das dificuldades na adoção das IFRS

Fonte: Do autor

Pela figura 6, verifica-se que os resultados da análise de *cluster* são consistentes com a distribuição do mapa perceptual obtido pelo escalonamento multidimensional. Desta forma, temos 3 *clusters* distintos.

Para que se possa determinar em quais variáveis os *clusters* possuem opiniões diferentes, ou seja, identificar quais são as variáveis discriminadoras, foi feito o teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*. Na tabela 8, são apresentados os resultados deste teste para as assertivas da questão 12.

TABELA 8 – Teste de Kruskal-Wallis: dificuldades na adoção das IFRS

Competências	Qui-quadrado	Graus de liberdade	Significância
12.01 - Falta de conhecimento das IFRS pela equipe	1,735	2	,420
12.02 - Dificuldades com o idioma inglês	3,638	2	,162
12.03 - Valores culturais	7,488	2	,024
12.04 - Falta de profissionais qualificados no mercado	1,819	2	,403
12.05 - Suporte ao sistema de informação	5,918	2	,052
12.06 - Aumento de trabalho operacional	6,328	2	,042
12.07 - Aumento dos custos operacionais	6,328	2	,042
12.08 - Influência da legislação fiscal brasileira	3,826	2	,148

Fonte: Do autor

Pela tabela 8, constata-se que a significância do teste de *Kruskal-Wallis* apresentou valor inferior (ou igual) a 0,05 para as assertivas 12.03, 12.06 e 12.07,

indicando que pelo menos 1 *cluster* difere dos demais.

Para analisar mais detalhadamente quais são as opiniões dos sujeitos em relação às questões que não apresentaram diferenças, foram agrupadas na tabela 9 as opções concordo totalmente e concordo parcialmente como concordo e as opções discordo totalmente e discordo parcialmente como discordo.

TABELA 9 – Frequência de respostas: dificuldades na adoção das IFRS

Variáveis	Discordo	Indiferente	Concordo
12.01 - Falta de conhecimento das IFRS pela equipe	0	1	9
12.02 - Dificuldades com o idioma inglês	1	1	8
12.04 - Falta de profissionais qualificados no mercado	1	2	7
12.05 - Suporte ao sistema de informação	1	2	7
12.08 - Influência da legislação fiscal brasileira	1	1	8

Fonte: Do autor

Pela tabela 9 constata-se que os sujeitos pesquisados tendem a concordar que a falta de conhecimento das IFRS pela equipe (12.01), as dificuldades com o idioma inglês (12.02), a falta de profissionais qualificados no mercado (12.04), o suporte ao sistema de informação (12.05) e a influência da legislação fiscal brasileira (12.08) podem se tornar dificuldades para a adoção das IFRS pelas empresas.

Para analisar mais profundamente o perfil dos *clusters* obtidos, ou seja, identificar mais claramente quais são as opiniões contrárias, foi realizado o teste de *Mann-Whitney* e comparados todos os *clusters* 2 a 2 para as variáveis que apresentaram valor de significância menor do que 0,05 no teste de *Kruskall-Wallis* (12.03, 12.06 e 12.07).

A tabela 10 apresenta os resultados deste teste quando comparadas as respostas dos *clusters* A e B.

TABELA 10 – Teste de Mann-Whitney: comparação entre os clusters A e B

Assertivas	Mann-Whitney U	Z	Significância
12.03 - Valores culturais	1,000	-1,650	,099
12.06 - Aumento de trabalho operacional	,000	-1,993	,046
12.07 - Aumento dos custos operacionais	,000	-1,993	,046

Fonte: Do autor

Pela tabela 10, observa-se que as opiniões do *cluster* A se diferenciam das do *cluster* B nas assertivas 12.06 (aumento do trabalho operacional) e 12.07 (aumento dos custos operacionais), uma vez que a significância do teste de *Mann-*

Whitney resultou num valor inferior a 0,05 nestas variáveis.

A tabela 11, apresenta os resultados para a comparação entre os *clusters* A e C.

TABELA 11 – Teste de Mann-Whitney: comparação entre os clusters A e C

Assertivas	Mann-Whitney U	Z	Significância
12.03 - Valores culturais	,500	-2,058	,040
12.06 - Aumento de trabalho operacional	,000	-2,160	,031
12.07 - Aumento dos custos operacionais	,000	-2,160	,031

Fonte: Do autor

Pela tabela 11 observa-se que a significância do teste de *Mann-Whitney* resultou num valor inferior a 0,05 nas três assertivas. Isto indica que as opiniões do *cluster* A são diferentes às do *cluster* C.

A tabela 12, apresenta os resultados para a comparação entre os *clusters* B e C.

TABELA 12 – Teste de Mann-Whitney: comparação entre os clusters B e C

Assertivas	Mann-Whitney U	Z	Significância
12.03 - Valores culturais	,000	-2,223	,026
12.06 - Aumento de trabalho operacional	5,000	-,408	,683
12.07 - Aumento dos custos operacionais	5,000	-,408	,683

Fonte: Do autor

Na tabela 12, observa-se que a significância do teste de *Mann-Whitney* resultou num valor inferior a 0,05 na assertiva 12.03 (valores culturais), indicando que as opiniões do *cluster* B são diferentes às do *cluster* C.

Desta forma, pode-se concluir que o *cluster* C possui opinião distinta dos demais em relação aos valores culturais (12.03) e o *cluster* A se diferencia nas questões 12.06 (aumento de trabalho operacional) e 12.07 (aumento dos custos operacionais).

Assim, são apresentadas na tabela 13, as opiniões dos 3 *clusters* nas variáveis 12.03, 12.06 e 12.07. Novamente foram agrupadas as opções concordo totalmente e concordo parcialmente como concordo e as opções discordo totalmente e discordo parcialmente como discordo.

TABELA 13 – Diferenças entre os clusters

Variáveis	Cluster A			Cluster B			Cluster C		
	D ³	I	C	D	I	C	D	I	C
12.03 - Valores culturais	0	2	1	2	1	0	0	0	4
12.06 - Aumento de trabalho operacional	2	1	0	0	0	3	0	0	4
12.07 - Aumento dos custos operacionais	2	1	0	0	0	3	0	0	4

Fonte: Do autor

Analisando a tabela 13, percebe-se que os sujeitos do *cluster* A tendem a ser indiferentes, os do *cluster* B discordam e os do *cluster* C concordam que os valores culturais podem se apresentar como uma dificuldade para a adoção das IFRS. Por outro lado, verifica-se que os *clusters* B e C concordam que o aumento de trabalho operacional e os custos operacionais podem se tornar dificuldades, enquanto que o *cluster* A discorda.

Desta forma, podem-se caracterizar cada um dos *clusters* da seguinte forma:

- Os sujeitos do *cluster* A tendem a concordar que a falta de conhecimento das IFRS pela equipe (12.01), as dificuldades com o idioma inglês (12.02), a falta de profissionais qualificados no mercado (12.04), o suporte ao sistema de informação (12.05) e a influência da legislação fiscal brasileira (12.08) podem se tornar dificuldades para a adoção das IFRS pelas empresas, mas não o aumento de trabalho operacional (12.06) e o aumento dos custos operacionais (12.07). São também indiferentes em relação aos valores culturais (12.03);
- Os sujeitos do *cluster* B tendem a concordar que a falta de conhecimento das IFRS pela equipe (12.01), as dificuldades com o idioma inglês (12.02), a falta de profissionais qualificados no mercado (12.04), o suporte ao sistema de informação (12.05), o aumento de trabalho operacional (12.06), o aumento dos custos operacionais (12.07) e a influência da legislação fiscal brasileira (12.08) podem se tornar dificuldades para a adoção das IFRS pelas empresas, mas não os valores culturais (12.03);

³ D = discordo plenamente e discordo parcialmente, I = indiferente (nem concordo nem discordo) e C = concordo plenamente e concordo parcialmente.

- Os sujeitos do *cluster* C tendem a concordar que a falta de conhecimento das IFRS pela equipe (12.01), as dificuldades com o idioma inglês (12.02), os valores culturais (12.03), a falta de profissionais qualificados no mercado (12.04), o suporte ao sistema de informação (12.05), o aumento de trabalho operacional (12.06), o aumento dos custos operacionais (12.07) e a influência da legislação fiscal brasileira (12.08) podem se tornar dificuldades para a adoção das IFRS pelas empresas.

Comparando os *clusters* obtidos pela questão 12 – dificuldades na adoção das IFRS e pela questão 14 - Impactos prováveis no balanço e no resultado para as companhias brasileiras de saneamento, observa-se que os sujeitos 1 e 5 participam dos *clusters* 1 e A. O *cluster* B da questão 12 é formado pelos sujeitos 2, 4 e 8 e o *cluster* C é formado pelos sujeitos 3, 6, 7 e 10. Assim, os *clusters* B e C da questão 12 se referem ao *cluster* 2 da questão 14.

Desta forma, pode-se separar os sujeitos em apenas 2 *clusters*. O *cluster* 1 (Capital Fechado) tende a concordar que a adoção das IFRS nas empresas poderá causar impactos apenas na reavaliação dos ativos, no ativo intangível e nos ativos regulatórios e que a falta de conhecimento das IFRS pela equipe, as dificuldades com o idioma inglês, a falta de profissionais qualificados no mercado, o suporte ao sistema de informação, o aumento de trabalho operacional, o aumento do custos operacionais e a influência da legislação fiscal brasileira podem se tornar dificuldades para a adoção das IFRS pelas empresas.

O *cluster* 2 (Capital Aberto) tende a concordar que a adoção das IFRS nas empresas poderá causar impactos no *impairment*, *fair-value*, reavaliação de ativos, resultado líquido, ativo intangível, ativos regulatórios e instrumentos financeiros e que a falta de conhecimento das IFRS pela equipe, as dificuldades com o idioma inglês, a falta de profissionais qualificados no mercado, o suporte ao sistema de informação e a influência da legislação fiscal brasileira podem se tornar dificuldades para a adoção das IFRS pelas empresas.

Com base na percepção dos profissionais responsáveis pelas informações contábeis que atuam no setor de saneamento, este estudo conclui que a adoção das IFRS proporcionará impactos no balanço e no resultado das empresas do setor.

Além disso, este estudo revelou que a falta de conhecimento das IFRS pela equipe, as dificuldades com o idioma inglês, a falta de profissionais qualificados no mercado, o suporte ao sistema de informação e a influência da legislação fiscal brasileira podem se tornar dificuldades para a adoção das IFRS pelas empresas. Essas percepções são comuns aos dois grupos (*clusters*).

O estudo revelou ainda que existe diferença na percepção entre os profissionais que trabalham em companhias de capital fechado e aberto, confirmando as hipóteses 1 (os profissionais que trabalham em companhias de capital fechado têm percepções sobre os impactos no balanço e no resultado das companhias de saneamento decorrentes da adoção das IFRS diferentes daqueles que atuam em companhias de capital aberto) e 2 (os profissionais que trabalham em companhias de capital fechado têm percepções sobre as dificuldades das companhias de saneamento decorrentes da adoção das IFRS diferentes daqueles que atuam em companhias de capital aberto).

Entretanto, não comprova diferença de percepção entre as companhias abertas que elaboram relatórios em padrão estrangeiro e aquelas que não elaboram, não confirmando, desta forma, as hipóteses 3 (os profissionais que trabalham em companhias com experiência anterior em relatórios contábeis em padrões estrangeiros têm percepções sobre os impactos no balanço e no resultado das companhias de saneamento decorrentes da adoção das IFRS diferentes daqueles que atuam em companhias sem experiência) e 4 (os profissionais que trabalham em companhias com experiência anterior em relatórios contábeis em padrões estrangeiros têm percepções as dificuldades das companhias de saneamento decorrentes da adoção das IFRS diferentes daqueles que atuam em companhias sem experiência).

O quadro 8 resume os resultados obtidos para cada hipótese.

Hipótese	A Hipótese foi confirmada?
H ₁ : Os profissionais que trabalham em companhias de capital fechado têm percepções sobre os impactos no balanço e no resultado das companhias de saneamento decorrentes da adoção das IFRS diferentes daqueles que atuam em companhias de capital aberto.	Sim
H ₂ : Os profissionais que trabalham em companhias de capital fechado têm percepções sobre as dificuldades das companhias de saneamento decorrentes da adoção das IFRS diferentes daqueles que atuam em companhias de capital aberto.	Sim

Hipótese	A Hipótese foi confirmada?
H ₃ : Os profissionais que trabalham em companhias com experiência anterior em relatórios contábeis em padrões estrangeiros têm percepções sobre os impactos no balanço e no resultado das companhias de saneamento decorrentes da adoção das IFRS diferentes daqueles que atuam em companhias sem experiência.	Não
H ₄ : Os profissionais que trabalham em companhias com experiência anterior em relatórios contábeis em padrões estrangeiros têm percepções sobre as dificuldades das companhias de saneamento decorrentes da adoção das IFRS diferentes daqueles que atuam em companhias sem experiência.	Não

QUADRO 8 – Confirmação das variáveis

Fonte: Do autor

Com objetivo de buscar explicações no perfil da empresa e respondente sobre as diferenças encontradas entre os *clusters*, a seguir, será verificado se os *clusters* finais (1 – capital fechado e 2 – capital aberto) apresentam alguma diferença com relação à suas respostas nas questões 1 a 3, 5 a 7 e 9 a 11 (categóricas) do instrumento de pesquisa.

4.4 Relação entre os clusters e as características das empresas e perfil dos respondentes

Nesta etapa, será analisado qual o perfil dos 2 *clusters* encontrados, com base em suas respostas às questões categóricas (1 a 3, 5 a 7 e 9 a 11). O objetivo desta análise é buscar explicações no perfil da empresa e respondente sobre as diferenças encontradas entre os *clusters*. Para isso, será utilizada a correlação V de *Cramer*, uma vez que estas questões são mensuradas ao nível nominal (LEVIN; FOX, 2004). A tabela 14 mostra os valores destas correlações.

TABELA 14 – Correlação V de Cramer: relação entre os clusters e as características das empresas e perfil dos respondentes

Questões	Correlação	Significância
01 - A empresa onde você trabalha elabora relatórios financeiros em padrões estrangeiros?	,250	,429
02 - A empresa onde você trabalha já elabora relatórios financeiros nos padrões das normas IFRS?	,250	,429
03 - A adoção das IFRS na empresa foi voluntária?	,354	,350
05 - A empresa já forneceu (ou fornecerá) treinamento específico em IFRS à equipe contábil?	,667	,035
06 - Qual o tamanho da equipe contábil onde você trabalha (incluindo gerentes e auxiliares)?	,390	,468
07 - Gênero:	1,000	,005

Questões	Correlação	Significância
09 - Qual o seu tempo de experiência na profissão?	,250	,732
10 - Há quanto tempo trabalha na área contábil da empresa?	,612	,290
11 - Qual o seu grau de conhecimento das normas IFRS?	,500	,287

Fonte: Do autor

Pela tabela 14, observa-se que a significância da correlação V de *Cramer* apresentou valor inferior a 0,05 apenas para as questões 5 (A empresa já forneceu (ou fornecerá) treinamento específico em IFRS à equipe contábil?) e 7 (gênero)⁴. A correlação entre os *clusters* e estas questões pode ser considerada alta (estão acima de 0,650). A diferença entre os *clusters* nestas questões são apresentadas nas tabelas 15 e 16.

TABELA 15 – Comparação entre os clusters na questão 5

		Cluster 1	Cluster 2
05 - A empresa já forneceu (ou fornecerá) treinamento específico em IFRS à equipe contábil?	Sim	1	8
	Não	1	0
Total		2	8

Fonte: Do autor

Pela tabela 15, constata-se que todos os integrantes do *cluster 2* afirmam que a empresa já forneceu (ou fornecerá) treinamento específico em IFRS à equipe contábil.

TABELA 16 – Comparação entre os clusters na questão 7

		Cluster 1	Cluster 2
07 - Gênero:	masculino	1	8
	feminino	1	0
Total		2	8

Fonte: Do autor

Pela tabela 16, constata-se que todos os integrantes do *cluster 2* são do sexo masculino e uma integrante do *cluster 1* é do sexo feminino.

⁴ Como nas demais questões não há diferenças entre os *clusters*, ver o perfil da amostra descrito no item “análise descritiva”.

A análise das questões categóricas, que permite conhecer o perfil dos *clusters*, poderia indicar o caminho para explicar quais as razões das diferenças de percepção entre os profissionais que atuam em companhias de capital aberto e fechado. Contudo, o teste V de *Cramer* não apresentou forte correlação entre as variáveis: experiência da empresa em padrões estrangeiros; experiência da empresa em IFRS; adoção voluntária; tamanho da equipe; tempo de experiência na profissão; tempo de experiência na área contábil da empresa e conhecimento das normas IFRS, sendo que as de baixa significância (treinamento e gênero) não permitem deduzir razões explicativas.

A expectativa de forte correlação da questão 1 (a empresa onde você trabalha elabora relatórios financeiros em padrões estrangeiros?), não se concretizou, justificando desta forma a não confirmação das hipóteses 3 e 4, ou seja, a experiência das empresas em padrões estrangeiros não significa que as mesmas possuem conhecimento das normas IFRS, o que possibilitaria maior percepção sobre os impactos no balanço e no resultado. Destaca-se, entretanto que, ao analisar o nível de conhecimento das normas com as respostas alusivas às variáveis da questão 14 (Impactos prováveis no balanço e no resultado para as companhias brasileiras de saneamento) - variáveis estas que requerem conhecimentos específicos das normas IFRS - o estudo apresentou alguns resultados interessantes, quais sejam: ao analisar as respostas da questão 11 - (qual o seu grau de conhecimento das normas IFRS?), percebe-se que os profissionais das companhias de capital fechado responderam ter um conhecimento razoável das normas IFRS. Das duas afirmações de conhecimento fraco, uma delas refere-se à empresa de capital aberto emissora de ADR, ou seja, já trabalha com relatórios financeiros em padrão estrangeiro (padrão americano). Neste caso, o teste V de *Cramer* já identificou não haver forte correlação.

Ao fazer uma relação entre as respostas de fraco conhecimento e as respostas de impactos no *impairment*, *fair-value*, resultado líquido e instrumentos financeiros, ambos também declararam haver impactos significativos, apesar da resposta de fraco conhecimento das normas, corroborando com as demais respostas.

Com isso, conclui-se que este estudo não possui variáveis explicativas acerca das razões de divergência na percepção entre os profissionais das companhias de capital aberto e companhias de capital fechado.

4.5 Opiniões sobre a relevância da adoção das IFRS para as companhias de saneamento brasileiras

Além das dificuldades mencionadas na questão 12 para a adoção das IFRS pelas empresas, os sujeitos pesquisados apontaram a falta de regulamentação dos órgãos oficiais, falta de harmonia entre a legislação brasileira e as normas internacionais, dificuldade das outras áreas em fornecer dados para a contabilidade, a definição pelos órgãos reguladores de procedimentos para cálculo a valor de mercado dos instrumentos financeiros e dificuldades para definir os valores de seus ativos, além de requerer um profundo conhecimento da lógica contábil.

Apontam ainda que a regulação do Setor de Saneamento, a partir da Lei nº11.445 e a falta de regulamentação em relação à Lei nº11.638/2007 pelos órgãos competentes podem ter impacto contábil na adoção das IFRS pelas empresas.

A distribuição das respostas da questão 16 (opinião sobre a relevância da adoção das IFRS para as companhias de saneamento brasileiras) é mostrada na tabela 17.

TABELA 17 – Opiniões sobre a relevância da adoção das IFRS para as companhias de saneamento brasileiras

16 – Na sua opinião, qual a relevância da adoção das IFRS para as companhias de saneamento brasileiras?	Frequência
As companhias de saneamento possuem muitas deficiências. Assim, adotar os padrões internacionais significa mudar todo o modelo existente. Entretanto, adotando tais padrões, as empresas passarão a figurar no cenário internacional de tal forma que os investidores, conseguirão realizar comparações entre empresas do mesmo setor e terão maior segurança na aplicação de recursos financeiros.	1
Considerando a possibilidade de abertura de capital a médio/longo prazo, como também alinhar a necessidade do alinhamento das práticas contábeis as normas internacionais de contabilidade	1
A possibilidade de comparar as Demonstrações Financeiras com empresas de outros países	1
Não acho que a adoção das IFRS seja relevante para o Setor de Saneamento no Brasil	1
Haverá unificação das demonstrações financeiras onde os usuários poderão cobrar dos gestores uma melhor aplicação dos recursos em saneamento básico e um cuidado melhor com o meio ambiente	1

16 – Na sua opinião, qual a relevância da adoção das IFRS para as companhias de saneamento brasileiras?	Frequência
A maioria das empresas de saneamento são capitalizadas, terão um maior reflexo em suas demonstrações contábeis, no momento que realizarem o cálculo do valor recuperável de seus ativos	1
Entendemos, que as Companhias de Saneamento ao implantarem os procedimentos da contabilidade internacional, farão com que suas Demonstrações Financeiras se tornem mais transparentes e confiáveis, o que propiciará a abertura de mercado para a tomada de recursos internos e externos, principalmente, via emissão de ações.	1

Fonte: Do autor

Pela tabela 17 verifica-se que a maioria aponta que a adoção da IFRS trará resultados positivos para as empresas do setor de saneamento, apesar das dificuldades para sua implementação. Apenas 1 sujeito aponta que a adoção das IFRS não é relevante para o Setor de Saneamento no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

A Lei nº11.638/2007 abriu as portas para a convergência da contabilidade brasileira ao padrão internacional (IFRS). Com o advento da lei e a necessidade de normativos complementares para a plena adoção das IFRS a partir de 2010, os órgãos responsáveis têm trabalhado para o cumprimento do prazo, divulgando aos poucos tais normativos.

Existem grandes expectativas em relação aos possíveis benefícios trazidos pela convergência contábil, como também existem percepções no tocante ao impacto dessas mudanças nas organizações. Estudos recentes, destacados no capítulo 2 deste trabalho, mostram que o processo de convergência pode trazer impactos significativos, tanto operacionais quanto nos resultados e valores patrimoniais às organizações.

Diante desses fatos, o objetivo deste trabalho foi pesquisar qual a percepção dos profissionais responsáveis pelas informações contábeis, atuantes no setor de saneamento no Brasil, sobre os possíveis impactos no balanço e no resultado dessas companhias, bem como as dificuldades de implementação das mudanças. Através da aplicação de um questionário, foram ouvidos dez profissionais do setor, de empresas diferentes, espalhadas pelo território brasileiro. O resultado da pesquisa caracterizou dois grupos distintos.

O primeiro grupo, representado pelas companhias de capital fechado que participaram da pesquisa, concorda que a adoção das IFRS nas empresas poderá causar impactos na reavaliação dos ativos, no ativo intangível e nos ativos regulatórios e que a falta de conhecimento das IFRS pela equipe, as dificuldades com o idioma inglês, a falta de profissionais qualificados no mercado, o suporte ao sistema de informação, o aumento de trabalho operacional, o aumento dos custos operacionais e a influência da legislação fiscal brasileira podem se tornar dificuldades para a adoção das IFRS pelas empresas.

O segundo grupo, representado pelas companhias de capital aberto, concorda que a adoção das IFRS nas empresas poderá causar impactos no *impairment*, *fair-value*, reavaliação de ativos, resultado líquido, ativo intangível, ativos regulatórios e instrumentos financeiros e que a falta de conhecimento das

IFRS pela equipe, as dificuldades com o idioma inglês, a falta de profissionais qualificados no mercado, o suporte ao sistema de informação e a influência da legislação fiscal brasileira podem se tornar dificuldades para a adoção das IFRS pelas empresas. Das opiniões dos respondentes sobre a relevância da adoção das IFRS para as companhias do setor de saneamento, destaca-se a falta de regulamentação pelos órgãos competentes, podendo trazer impacto na adoção das IFRS pelas empresas.

O estudo revelou ainda que existe diferença de percepção entre as companhias de capital aberto e companhias de capital fechado mas não existe diferença entre companhias que têm experiência em padrões estrangeiros e as companhias que não têm experiência. Contudo, ao procurar resultados que pudessem responder a causa da diferença entre percepções, correlacionando as questões categóricas e ainda, correlacionando a questão conhecimento das normas com as respostas de itens específicos, divergentes na análise de *cluster*, tais como *impairment*, *fair-value*, patrimônio líquido e instrumentos financeiros, o estudo não forneceu informações suficientes para responder a esta questão, abrindo caminho para futuras pesquisas.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para o desenvolvimento científico e ainda fornecer uma pequena contribuição aos profissionais responsáveis pelas informações contábeis, que têm um grande desafio pela frente.

REFERÊNCIAS

AGCA, A.; AKTAS, R. First time application of IFRS and its impact on financial ratios: a study on Turkish listed firms. **Journal Problems and Perspectives in Management**, Ukraine, v. 5, n. 2, p. 99-112, 2007.

ANTUNES, J.; ANTUNES, G. M. B.; PENTEADO, I. M. A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS 1. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA-USP, 10., 2007, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: USP, 2007. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/30.pdf>>. Acesso em 01 mar. 2008.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BALL, R. International financial reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. **Accounting & Business Research**, Glasgow, v. 36, n. 4 special, p. 5-27, 2006.

BOVESPA – BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **Classificação setorial das empresas e fundos negociados na Bovespa**. [2008]. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/principal.asp>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 26 ago. 2008.

_____. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

_____; MINISTÉRIO DAS CIDADES; SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. **Sistema nacional de informações sobre saneamento**: diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2006. Brasília, 2007.

CASTRO NETO, J. L. *et al.* Divulgação de informações contábeis por segmentos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 17., out. 2004, Santos. **Anais ...** São Paulo: out. 2004. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/livre/17cbc/tema3.pdf>>. Acesso: em 01 mar. 2008.

CEDAE – COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS. **Balanco**

Patrimonial 2005. [2006]. Disponível em:

<http://www.cedae.rj.gov.br/downloads/balancos/BALANCO_PATRIMONIAL_2005.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2008.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.055**, de 07 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1055.doc>. Acesso em: 12 jan. 2008.

CORDAZZO, M. The impact of IAS/IFRS on accounting practices: evidence from Italian listed companies. ANNUAL CONGRESS ERASMUS UNIVERSITY, 31., Apr. 2008, Rotterdam. **Proceedings ...** Apr. 2008. Disponível em: <http://www.parthen-impact.com/parthen-uploads/add61993_5bUGLQxSin.pdf>. Acesso em: 17 ago 2008.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **A busca da**

convergência da contabilidade aos padrões internacionais: programa de

trabalho – 2008 a 2010. [2008]. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC-plano%20de%20convergencia%20%20junho2008.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Comunicado ao mercado**.

[2008a]. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

_____. **Deliberação nº527**, de 1º de novembro de 2007a. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

_____. **Deliberação nº534**, de 29 de janeiro de 2008b. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 02 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata dos Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

_____. **Deliberação nº539**, de 14 de março de 2008c. Aprova o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

_____. **Deliberação nº547**, de 13 de agosto de 2008d. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da

Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2008.

_____. **Edital de audiência pública SNC nº04/2008**. [2008e]. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/audi/EDITAL_SNC_04.2008.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2008.

_____. **Edital de audiência pública SNC nº05/2008**. [2008f]. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/audi/EDITAL_SNC_05.2008.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2008.

_____. **Edital de audiência pública SNC nº06/2008**. [2008g]. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/audi/EDITAL_SNC_06.2008.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2008.

_____. **Estudo sobre as práticas contábeis brasileiras e as normas internacionais de contabilidade (IFRS)**. [2008h]. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2008.

_____. **Instrução nº457**, de 13 de julho de 2007b. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

_____. **Instrução nº469**, de 02 de maio de 2008i. Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera as Instruções CVM nº 247, de 27 de março de 1996 e 331, de 4 de abril de 2000. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2008.

_____. **Programas de DR Aprovados**. [2008j]. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

DELVAILLE, P.; EBBERS, G.; SACCON, C. International financial reporting convergence: evidence from three continental European countries. **Accounting in Europe**, United Kingdom, v. 2, p. 137-164, 2005.

DEMIR, V.; KAYA, I.; LEVENT, H. The impact of IFRS on professional judgment: a survey of auditors' perceptions in Turkey. ANNUAL CONGRESS ERASMUS UNIVERSITY, 31., Apr. 2008, Rotterdam. **Proceedings...** Apr. 2008. Disponível em: <http://www.parthen-impact.com/parthen-uploads/add63102_Kas6zandO9.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2008.

ERNSTBERGER, J.; VOGLER, O. Analyzing the German Accounting Triad – “Accounting Premium” for IAS/IFRS and US GAAP vis-à-vis German GAAP? ANNUAL CONGRESS ERASMUS UNIVERSITY, 31., Apr. 2008, Rotterdam. **Proceedings ...** Apr. 2008. Disponível em: <http://www.parthen-impact.com/parthen-uploads/add63259_nmBjYn4666.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2008.

GRAY, S. J.; et. al. The costs and benefits of IFRS from a corporate perspective: evidence from implementation experience in Austrália. ANNUAL CONGRESS ERASMUS UNIVERSITY, 31., Apr. 2008, Rotterdam. **Proceedings...** Apr. 2008. Disponível em: <http://www.parthen-impact.com/parthen-uploads/add62608_NWSD06HywW.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2008.

GREGÓRIO, D. Muito além dos balanços: contabilidade internacional abre portas para companhias que buscam financiamento e clientes fora do país. **Revista Capital Aberto**, São Paulo, v. 5, n. 50, p. 36-40, out. 2007.

HAIR JÚNIOR, F. et. al. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005a.

_____. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005b.

HILL, M. M.; HILL, A. **Investigação por questionário**. 2. ed. Lisboa: Sílabo, 2005.

HOOGENDOORN, M. International accounting regulation and IFRS implementation in Europe and beyond – experiences with first-time adoption in Europe. **European Accounting Review**, Spain, v. 15, supplement 3, p. 23-26, Oct. 2006.

JERMAKOWTCZ, E. K. Effects of Adoption of International Financial Reporting Standards in Belgium: The Evidence from BEL-20 Companies. **Accounting in Europe**, United Kingdom, v. 1, p. 51-70, 2004.

JONES, T. C.; LUTHER, R. Anticipating the impact of IFRS on the management of German Manufacturing Companies: some observations from a British perspective. **Accounting in Europe**, United Kingdom, v. 2, p. 165-193, 2005.

KASSAI, L. Adoção de norma externa vai atrair os investidores. **Valor Econômico**, São Paulo, 26, 27 e 28 outubro 2007. Caderno especial, p. 4.

LEITE, J. S. J. Normas contábeis internacionais – uma visão para o futuro. **Cadernos da FACECA**, Campinas, v. 11. n. 1, p. 51-65, jan/jun. 2002.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. Efeito da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., out. 2004, São Paulo. **Anais ...** out. 2004. Disponível em: <[HTTP://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos42004/345.pdf](http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos42004/345.pdf)>. Acesso em: 01 mar. 2008.

LEVIN, J.; FOX, J. C. **Estatística Aplicada às Ciências Humanas**. São Paulo: Pearson Education, 2004.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MOYA, S.; OLIVERAS, E. Voluntary adoption of IFRS in Germany: a regulatory impact study. **Corporate ownership and control**, Ukraine, v. 3, n. 3, p. 138-147, spring 2006.

OLIVEIRA JÚNIOR, R. **Gestão de custos em organizações de saneamento básico**: o caso da autarquia municipal de Mogi Mirim. 2006. 196 p. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Ciências Contábeis, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – Fecap, São Paulo, 2006.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais**: a complementariedade do SPSS. 2. ed. Lisboa: Edições Silabo, 2000.

PLÖGER, A. Pronunciamento. In: Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. **A busca da convergência da contabilidade aos padrões internacionais** = la búsqueda de convergencia de la contabilidad a los principios internacionales. São Paulo, 2007. p. 4-6. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/reg_cpc_espanhol.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2008.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **IFRS**: the european investors view. Febr. 2006. Disponível em: <<http://pwc.com/gx/eng/about/svcs/corporatereporting/IFRSInvestorSurvey.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2008.

_____. Conversão para IFRS – enfrentando o desafio com excelência técnica e confiança. Encarte da **Revista Capital Aberto**, São Paulo, v. 5, n. 53, jan. 2008.

SILVA, M. L. A. P.; GIANTOMASSI, T. A mudança das regras contábeis brasileiras. **Valor Econômico**, São Paulo, 08 jan. 2008. Caderno legislação e tributos, p. 2.

SOARES, E. A. R.; CATÃO, G. C.; RIBEIRO FILHO, J. F. Harmonização contábil no Brasil: desafios quanto à evidenciação de seus benefícios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 17., out. 2004, Santos. **Anais ...** out. 2004. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/livre/17cbc/tema3.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2008.

SOUZA, A. A. S; COUTINHO FILHO, F. B. Harmonização internacional: um estudo sobre as dificuldades de convergência das normas contábeis brasileiras em relação às normas internacionais de contabilidade (IFRS). CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., jul. 2007, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: USP, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos72007/526.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2008.

STENKA, R.; ORMROD, P.; CHAN, A. Accounting for business combinations: the consequences of IFRS adoption for UK listed companies. ANNUAL CONGRESS ERASMUS UNIVERSITY, 31., Apr. 2008, Rotterdam. **Proceedings...** Apr. 2008. Disponível em: <http://www.parthen-impact.com/parthen-uploads/add63235_601eS1GJNQ.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2008.

SUCHER, P.; JINDRICOVSKA, I. Implementing IFRS: A Case Study of the Czech Republic. **Accounting in Europe**, United Kingdom, v. 1, p. 109-141, 2004.

VALENTI, G. Novas regras contábeis afetarão ganho de investidor. **Valor Econômico**, São Paulo, 08 jan. 2008. Caderno empresas e tecnologia, p. 3.

_____; NIERO, N. Reforma da Lei muda balanços e alinha Brasil aos padrões globais. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 dez. 2007. Caderno empresas e tecnologia. Disponível em: <<http://www.valoreconomico.com.br/valoreconomico/285/empresasetecnologia/empresas/Reforma+da+lei+muda+balancos+e+alinha+Brasil+aos+padroes+globais,,,51,4699276.html>>. Acesso em 12 jan. 2008.

VALOR ECONÔMICO. **Valor 1000**: 1000 maiores empresas. São Paulo, v. 7, n. 7, p. 52-111, ago. 2007.

VENEZIANI, M.; TEODORI, C. The international accounting standards and Italian non-listed companies: perception and economic impact. The results of an empirical survey. ANNUAL CONGRESS ERASMUS UNIVERSITY, 31., Apr. 2008, Rotterdam.

Proceedings... Apr. 2008. Disponível em: < http://www.parthen-impact.com/parthen-uploads/add62976_r0sio76WF.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2008.

WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional**: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado. São Paulo: Atlas, 2005 (série academia-empresa; 3).

WEIBENBERGER, B.; STAHL, A. B.; VORSTIUS, S. Changing from German GAAP to IFRS or US GAAP: a survey of German Companies. **Accounting in Europe**, United Kingdom, v. 1, p. 169-189, 2004.

WIKIPÉDIA. **Baviera**. [2008]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Baviera>>. Acesso em: 04 mar. 2008.

YOKOI, Y. Da utopia à realidade. **Revista Capital Aberto**, São Paulo, v. 5, n. 53, p. 32-33, jan. 2008a.

_____. Padrão ameaçado. **Revista Capital Aberto**, São Paulo, v. 5, n. 56, p. 34-38, abr. 2008b.

APÊNDICE**APÊNDICE A – Questionário aplicado na pesquisa**

	FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
---	---

O presente questionário é parte de um projeto de dissertação do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis do Centro Universitário Álvares Penteado, requisito parcial para obtenção do grau de mestre. O projeto de dissertação está relacionado com a linha de pesquisa Contabilidade Financeira e contempla o tema Contabilidade Internacional, visando identificar a percepção dos profissionais que atuam na área contábil das empresas do Setor de Saneamento, responsáveis pelas demonstrações contábeis, sobre o impacto das mudanças trazidas pela instrução CVM nº 457/2007 e Lei nº 11.638/2007.

Por favor, responda todas as questões, sem pular nenhuma, com o máximo de fidelidade naquilo que você pensa sobre os itens.

O questionário tem objetivo essencialmente acadêmico, não havendo necessidade da identificação pessoal.

Antecipadamente, agradecemos sua colaboração configurada no preenchimento deste questionário.

Atenciosamente.

Pedro Cláudio da Silva (Mestrando)
e-mail: peclasilva@yahoo.com.br

Professora Dra. Elionor Farah Jreige Weffort (Orientadora)
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
Av. Liberdade, 532 – Liberdade – São Paulo – SP – CEP 01502-001
Telefone: (11) 3272-2301 e (11) 3272-2264 – e-mail: eweffort@directnet.com.br

08 – Escolaridade/formação:

- Ensino médio
- Ensino superior – Curso: _____
- Especialização – Curso: _____
- Mestrado – Curso: _____
- Doutorado – Curso: _____

09 – Qual o seu tempo de experiência na profissão?

- Menos de 2 anos
- Entre 2 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Mais de 10 anos

10 – Há quanto tempo trabalha na área contábil da empresa?

- Menos de 2 anos
- Entre 2 e 5 anos
- Entre 6 e 10 anos
- Mais de 10 anos

11 – Qual o seu grau de conhecimento das normas IFRS?

- Excelente
- Bom
- Regular
- Fraco
- Não tenho conhecimento das normas IFRS

12 – Percebo como prováveis dificuldades na adoção das IFRS na empresa:	1 = Discordo Totalmente	2 = Discordo Parcialmente	3 = Indiferente	4 = Concordo Parcialmente	5 = Concordo Totalmente
12.01 – Falta de conhecimento das IFRS pela equipe					
12.02 – Dificuldades com o idioma inglês					
12.03 – Valores culturais					
12.04 – Falta de profissionais qualificados no mercado					
12.05 – Suporte ao sistema de informação					
12.06 – Aumento de trabalho operacional					
12.07 – Aumento dos custos operacionais					
12.08 – Influência da legislação fiscal brasileira					

13 – Além das prováveis dificuldades elencadas na questão anterior, existem outras variáveis que você julga relevantes? Se sim, favor elencá-las.

14 – Percebo como prováveis impactos contábeis na adoção das IFRS na empresa:	1 = Discordo Totalmente	2 = Discordo Parcialmente	3 = Indiferente	4 = Concordo Parcialmente	5 = Concordo Totalmente
14.01 – Impairment (valor recuperável)					
14.02 – Fair-value (valor justo)					
14.03 – Reavaliação de Ativos					
14.04 – Ativo Intangível					

14 – Percebo como prováveis impactos contábeis na adoção das IFRS na empresa:	1 = Discordo Totalmente	2 = Discordo Parcialmente	3 = Indiferente	4 = Concordo Parcialmente	5 = Concordo Totalmente
14.05 – Resultado Líquido					
14.06 – Instrumentos financeiros (derivativos, leasing, ajustes a valor presente, etc.)					
14.07 – Ativos regulatórios					

15 – Além das variáveis destacadas na questão anterior, quais outras variáveis que você julga relevantes e que trarão impacto contábil na empresa?

16 – Na sua opinião, qual a relevância da adoção das IFRS para as companhias de saneamento brasileiras?

17 – Gostaria de receber os resultados da pesquisa, após a defesa da dissertação?

Sim Não

18 – Você autoriza divulgar o nome da empresa como colaboradora da pesquisa, sem destacar os resultados individuais?

Sim Não

MUITO OBRIGADO!